FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCIA MOREIRA BARROSO

NOVA MUTUM PARANÁ: UMA *COMPANY T*OWN OU UMA VILA PARA REMANEJADOS?

PORTO VELHO – RO
2015

MARCIA MOREIRA BARROSO

NOVA MUTUM PARANÁ: UMA *COMPANY T*OWN OU UMA VILA PARA REMANEJADOS?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adnilson Almeida Silva

PORTO VELHO – RO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

B277

Barroso, Marcia Moreira.
Nova Mutum Paraná: uma company town ou uma vila para remanejados? / Marcia Moreira Barroso. - Porto Velho, Rondônia, 2015.
107f.

Orientador: Prof. Dr.Adnilson Almeida Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1. Geografia. 2.Remanejamento – Nova Mutum Paraná - RO. 3.Company town. I.Silva, Adnilson Almeida. II.Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.III. Título.

CDU: 911.3

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MÁRCIA MOREIRA BARROSO

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva** e constituída pelos examinadores **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e **Prof. Dr. Alexis de Sousa Bastos,** reuniram-se no dia 14 de dezembro de 2015, às 9 horas na sala Josué de Castro, Bloco 1N, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada **"Nova Mutum-Paraná: uma Company towns ou uma Vila para Remanejados?"** da mestranda **Márcia Moreira Barroso,** matrícula 201310049. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de defesa, conforme o que preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG.

Porto Velho, 14 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Prof. Dr. Alexis de Sousa Bastos
Examinador Externo/RIOTERRA/RO

Este documento tem validade de 90 (noventa) dias.

Dedico esta dissertação a minha família e aos atingidos pela barragem de Jirau, em especial aos ex-moradores do Distrito de Mutum- Paraná em Rondônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, em primeiro lugar.

A minha família, pelo apoio nos momentos mais difíceis: minha irmã, Claudia; meus irmãos, Almerindo (Júnior) e Fernando. Agradeço especialmente à minha mãe, Mayra, e a meu pai, Almerindo, que contribuíram com carinho, sabedoria e apoio.

A minha avó Selva pelo grande amor que sempre me dedicou.

Aos demais familiares.

Agradeço ao Diogo Luiz de Jesus Souza que contribuiu com o seu conhecimento, carinho e paciência.

Ao meu orientador Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva pela sua grandiosa sabedoria, paciência, respeito, incentivo e compreensão, possibilitando o meu crescimento como pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Josué da Costa Silva pelo seus conselhos e conhecimentos compartilhados.

Aos amigos que me auxiliaram na pesquisa e dedicaram seu carinho e paciência.

Aos entrevistados que confiaram em mim.

À CAPES, pelo incentivo e investimento, que possibilitou esta pesquisa

Às professoras, Dra. Maria das Graças e Dra. Madalena Cavalcante, que contribuíram com a minha pesquisa.

E aos demais professores do programa de mestrado da Universidade Federal de Rondônia.

“Uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida”.

Sócrates

RESUMO

Diante da necessidade de gerar energia para o desenvolvimento industrial e tecnológico do Brasil, a Região Norte tornou-se uma importante fonte geradora de energia em virtude do seu potencial hídrico. Na região norte foram implantadas novas Usinas Hidrelétricas, dentre elas a Usina de Jirau, a 110 km da Usina de Santo Antônio ambas no rio Madeira. A implantação da Usina de Jirau gerou a criação de um lago, sendo necessário a desocupação do Distrito de Mutum-Paraná da qual parte da sua população foi remanejada para a Vila Nova Mutum Paraná, a princípio construída para eles. No entanto, a vila apresenta características de uma *Company Town*, estando ela direcionada mais às necessidades da empresa do que dos remanejados. Assim, esta pesquisa visa entender a relação entre a construção da vila de Nova Mutum Paraná e o processo de remanejamento das famílias atingidas pela barragem da Usina através do comparativo entre as duas localidades, a Nova Mutum Paraná e o Distrito de Mutum-Paraná. Para entender o problema em questão serão utilizados os métodos dialético e o hipotético dedutivo, partindo das categorias: território e poder, *Company Town* e desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVES: Território e Poder. Desenvolvimento Local. Company Town (Cidade Empresa).

ABSTRACT

Facing the necessity to produce electric power to feed the Brazilian industrial and technological development, the north became an important source of electricity as a result of its hydrographic abundance. Nowadays, due to its large rivers, this region is the main victim of huge hydroelectric projects, which the echo system impact is by far much bigger than any other profit. Many communities affected have already their basic characteristics at threat, such as cultural, social and economics, which has become already an impasse between builders and organized local groups. In particular, there will be analyzed the Nova Mutum Parana and its connection with a former Distrito de Mutum Parana, in search of genuine indications in order to spot whether there is a concern in making a real new head office for the old district or just another Company in Town. This phenomenon will be looked through starting from the territory and power,and local development categorie, which will give the o retical support for the study of this phenomenon.

KEY-WORDS: Territory and Power. Local Development. Company Town.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 Beira do rio em Mutum Paraná 23

Figura 2. Mutum-Paraná em Ruínas 37

Figura 3. Estrutura de Ferro da Madeira Mamoré 42

Figura 4. Estrutura da estrada de Ferro Madeira-Mamoré com o Bar do Belisco ...42

Figura 5. Bar do Belisco 43

Figura 6. Esc. Rural Nª Senhora de Nazaré Dentro do perímetro urbano do Distrito de Mutum-Paraná 45

Figura 7. Prédio compartilhado: Correio e a Delegacia 45

Figura 8. Igreja Católica em Mutum-Paraná 46

Figura 9. Casa dentro do perímetro urbano de Mutum-Paraná 50

Figura 10. Área urbana de Mutum-Paraná 50

Figura 11. Aniversário comunitário em Mutum-Paraná 51

Figura 12. Dia das crianças em Mutum-Paraná 52

Figura 13. Dia das mães em Mutum-Paraná 52

Figura 14. Desfile de sete de setembro em Mutum-Paraná 53

Figura 15. O Antigo Distrito de Mutum-Paraná e uma simulação de como ficaria após a cheia do reservatório 56

Figura 16. As Casa mom Quintal Estilo “Americano” 59

Figura 17. Modelo 1: casa com dois quartos 59

Figura 18. Modelo 2: casa de dois quartos 60

Figura 19. Modelo 3: Casa De Três Quartos 61

Figura 20. Fotos comparativas da Caixa d’água em Mutum Paraná 62

Figura 21: Clube da Vila de Nova Mutum Paraná 68

Figura 22: Escola Municipal de Nova Mutum Paraná 69

Figura 23: Igreja Católica em Nova Mutum Paraná 69

Figura 24: Centro Comercial de NMP com Bradesco, lanchonete e lojinhas 70
Figura 25: Área comercial com supermercados, posto de saúde, rodoviária, Igreja evangélica e pequenos comércios 70

MAPAS

Mapa 1. Organização espacial do Distrito de Mutum Paraná e o desenho da organização urbana do Distrito 46
Mapa 2. Mapa Mental da zona rural de Mutum-Paraná 49
Mapa 3. As distâncias. Mutum-Paraná (A), Vila de Jirau (B), Nova Mutum Paraná (C), Usina Hidroelétrica de Jirau(D) e Jaci Paraná (E) 57
Mapa 4. Como está configurada a ocupação da Nova Mutum Paraná 62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
CAT	Certificado de Avaliação de Títulos
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
Censo	Censo Demográfico do IBGE (Estudo referente à população)
CT	Company Town (Cidade da Empresa)
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DMP	Distrito de Mutum-Paraná
ESBR	Energia Sustentável do Brasil
IBAMA	Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
NAPS	Núcleo de Atendimento Psicossocial
NMP	Nova Mutum Paraná: Vila Criada pela
PVH	Porto Velho HSBR
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I 22

1 - RECURSOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA E REVISÃO TEÓRICA – CONCEITUAL 23

1.1 - TERRITÓRIO E PODER **25**

1.2 - DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LOCAL **30**

1.3 - COMO IDENTIFICAR UMA COMPANY TOWN **34**

CAPÍTULO II 37

2 - CONTEXTO HISTÓRICO: USINA HIDRELÉTRICA DE JIRAU E DISTRITO DE MUTUM PARANÁ 38

2.1 - O DISTRITO MUTUM-PARANÁ: DESCRITO POR SEUS MORADORES **41**

2.2 - NOVA MUTUM PARANÁ: UMA COMPANY TOWN OU UMA VILA DE REASSENTADOS, UM NOVO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL **54**

2.3 - RESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO: COMPREENDENDO O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO DISTRITO DE MUTUM PARANÁ **63**

CONCLUSÃO 75

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS 80

APRESENTAÇÃO

Sou Graduada em Artes Plásticas com Habilitação em Artes Visuais, licenciada e bacharel, pela Universidade Federal de Uberlândia. Na graduação me dediquei a estudar temas ligados à região Norte, com foco principal nas cerâmicas do Estado do Pará (Marajoara e Tapajônica), devido à relação de afeto que sempre tive com minha região de origem.

Quando era aluna do curso de Artes Plásticas, em 1997, tive a oportunidade de retirar o meu CAT (Certificado de Avaliação de Títulos), emitido pela 40ª Secretaria Regional de Ensino de Uberlândia, o mesmo oportunizava aos estudantes universitários a possibilidade de ministrarem aulas em, no máximo, três áreas do conhecimento, de forma emergencial, além de Arte e Desenho Geométrico me qualificava para ministrar Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Ainda em Uberlândia, já formada, ministrei, voluntariamente, oficinas terapêuticas ofertadas tanto no CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), quanto no NAPS (Núcleo de Atendimento Psicossocial) da Prefeitura de Uberlândia. Neste mesmo município, trabalhei por dozes anos como professora de Arte da educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, em escolas municipais, estaduais e particulares.

Em 2012, mudei para Porto Velho, onde assumi o cargo de Professora Temporária do Curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Rondônia, ministrando as disciplinas de Cerâmica, Pintura I, Pintura II e Desenho I.

No ano seguinte, ainda em Porto Velho, cursei a especialização em Gestão Educacional: Orientação e Supervisão Escolar na Universidade de Porto Velho, cujo artigo final debatia a inclusão de crianças com paralisia cerebral no ensino regular através da Arte.

Ainda em 2012, em função do cargo de professora universitária, tive a oportunidade de participar de atividades que envolviam grupos sociais diversos e, em uma dessas atividades, despertou-me novamente o gosto pela Geografia. Instigando-me, em 2013, concorrer a uma vaga para aluna do Programa de Mestrado em Geografia, debatendo sobre o impasse enfrentado pelos moradores do Antigo Distrito de Mutum Paraná e a implantação da Usina de Jirau.

A princípio, o intuito era trabalhar Mapas Mentais com os ex-moradores do Distrito de Mutum Paraná, o que se tornou inviável diante de dificuldades enfrentadas, por exemplo, problemas com deslocamento para a local de concentração do estudo, desencontros com entrevistados e a cheia do Rio Madeira em 2014.

Devido à pesquisa, tornei-me moradora de Nova Mutum Paraná e comecei a atuar como professora de arte do Colégio Einstein, facilitando, em parte, o meu deslocamento para esta vila que é o objeto deste estudo, promovendo o contato direto com a comunidade.

As idas e vindas, em busca de esclarecimentos sobre a vila, nem sempre foram bem-sucedidas, às vezes não era possível fazer as entrevistas, mesmo sendo marcadas com antecedência. Outra situação, com a qual me deparei, foi o temor de muitos moradores por uma possível repressão, muitos tinham medo falarem o que pensavam sobre a Vila, e sobre o processo de remanejamento deles, por serem empregados da Usina. A tentativa de usar questionários também foi inviabilizada diante da dificuldade de alguns com a escrita, sendo assim, foram substituídos pela entrevista informal, através de conversas.

Sempre busquei temas que motivassem a minha curiosidade, independentemente de serem nas áreas definidas, pelo MEC, como “afins” com a minha área de formação inicial. Isto ocorre porque entendo que o conhecimento não pode ser adquirido de forma fragmentada e dividida por áreas, visto vivemos no mundo de forma interligada, estamos conectados e precisamos ter um vasto conhecimento sobre o todo do meio em que vivemos. Não havendo assim, qualquer prejuízo para a pesquisa, nem para a minha formação enquanto docente e pesquisadora.

Ao entrar no universo da Geografia, através do Mestrado, percebi que ela extrapola o estereótipo que eu concebia sobre a área. Mostrou-se muito mais ampla, discutindo o mundo sob pontos de vista diferentes - através do debate sobre política, relações humanas, o poder, relações entre o homem e o meio - criando uma teia de relações em que os produtos advêm da relação entre o homem e os espaços.

Durante cada disciplina do Programa de Mestrado em Geografia, meu olhar alcançava novos horizontes, e minha mente reavaliava antigos paradigmas. Na Epistemologia da Geografia, consegui entender como chegamos à atual Geografia, à qual possibilita um leque de temas e ideias para debate.

A Disciplina de Epistemologia da Geografia foi de fundamental importância para mim, tendo em vista que minha graduação não se deu em Geografia, mas em Arte. Entender e compreender toda a amplitude dos discursos que abrangem a Ciência da Geografia teve fundamental importância para que eu pudesse organizar a minha linha de pensamento e estruturar minha pesquisa. Pude, assim, compreender o valor das culturas locais, a relação entre indivíduos e as adaptações realizadas por eles para sobreviverem no meio em que estão, além de entender como se formaram os seus saberes, perceber as manifestações culturais e festividades mediante a miscigenação que dá origem às distintas culturas das diversas localidades, tudo isso reflete a riqueza cultural espalhada pelo mundo; a cultura é um patrimônio que deve ser respeitado e preservado, a fim de que possamos manter a identidade de cada povo. O saber, ampliado pela disciplina de Geografia Cultural, facilitou-me a conhecer melhor alguns costumes dos povos locais.

O valor de ser mulher foi fortalecido com a compreensão de gênero através de uma teia de saberes, agraciados na disciplina de Gênero e isso ampliou meu conhecimento e respeito pelo indivíduo e suas diferenças, percebendo-os, não apenas, na simples definição de homem ou mulher, mas, muito além da simples constatação do tipo de órgão genital, o entendimento de como se dá toda a formação do gênero, a organização do pensamento e das atitudes que o definem.

A riqueza do povo Amazônico foi revelada com maior propriedade na disciplina de Populações Amazônicas e Sustentabilidade. Perceber quão grande são as variações de populações, de relações, de interpretações, de ações e de valores dentro do grande espaço Amazônico, que vai da simplicidade dos ribeirinhos, seringueiros, indígenas e quilombolas a ousados projetos urbanísticos de grandes empresas e vastas áreas latifundiárias. Traçar as relações entre os povos que ocupam a Amazônia contribuiu muito para a minha dissertação e para a interpretação de ações dentro de Mutum- Paraná.

Já a Disciplina de Ecologia Política, contribuiu para a reflexão sobre a ocupação do homem no planeta e, o quanto é possível usufruir conscientemente, repensar sobre as adversidades impostas pelos fenômenos meteorológicos enfrentados em diversas localidades, como no contexto pós-cheia de 2014 do Rio Madeira.

Nos primeiros passos para a efetiva investigação do tema, durante as entrevistas, novos caminhos foram encontrados a partir da reflexão sobre metodologia

aplicada, as bibliografias pesquisadas e as abordagens feitas aos entrevistados. Tudo foi um aprendizado. Alguns imprevistos surgiram: a cheia histórica do Rio Madeira; a dificuldade de acesso a informações (documentos em posse da ESBR) e até mesmo a dificuldade em encontrar as pessoas a serem entrevistadas, como foi citado anteriormente, mesmo com encontros agendados com bastante antecedência.

Contudo, cada entrevistado apontou um novo indivíduo para contribuir com a pesquisa, direcionando-me às pessoas que muito acrescentaram à minha pesquisa, com seus relatos sinceros e enriquecedores, principalmente a senhora Rosilene Prestes, atual administradora da Vila de Nova Mutum Paraná.

Ressalto que com a Arte, desenvolvi meu lado sensível, crítico e o gosto pela criação; com a Pedagogia, organizei as minhas ações enquanto educadora, com a Geografia descobri um mundo novo e mais complexo do que eu percebia anteriormente, debatendo temas muito mais amplos que a quantidade de linhas de pesquisa já estabelecidas.

A Geografia e a Arte podem, sim, contribuir para a qualidade da formação de um educador/pesquisador, ambas contribuem para conscientizar o indivíduo sobre suas ações e relações, integrando o mundo real/físico ao mundo do intelecto, da criação e da sensibilidade. Esta união amplia os horizontes do conhecimento, possibilitando um olhar macro do mundo e das relações estabelecidas pelos seres humanos na Terra. Quem dera se todos pudessem traçar suas teias de conhecimento sem precisar se engessar em áreas “afins”!

INTRODUÇÃO

A Energia é um dos principais elementos que sustenta o mundo contemporâneo e tecnológico, no qual, grande parte da população está inserida. A dependência da energia não se dá apenas pelo funcionamento de lâmpadas, eletrodomésticos básicos e meios de comunicação, mas também como fonte de renda de muitos que estão envolvidos direta, ou indiretamente com ela.

Todos estão ligados, de alguma forma, à produção energética do país, principalmente, devido à vida social ter migrado e se inserido no mundo virtual (internet), onde as relações acontecem, de modo houve um grande aumento do consumo de energia; a energia tornou-se um elemento de extrema necessidade. Desde a Revolução Industrial, o próprio sistema econômico mundial depende diretamente da energia. Por estes motivos, uma das principais preocupações do nosso tempo é a busca de novas fontes de energia. O Brasil não poderia deixar de acompanhar esta corrida em busca de novas fontes de energia que visam a seu desenvolvimento, ainda que sejam questionadas em função dos múltiplos impactos sociais, culturais, ambientais, políticos e econômicos.

Com a necessidade de encontrar novas fontes de energia, acrescentado o fato de que Brasil possui uma vasta rede hidrográfica, o país aposta nas usinas hidrelétricas para alcançar sua autossuficiência energética. Dentre as regiões do Brasil, o Norte tem sido o novo alvo para instalação de novas usinas. De 2010 a 2015, três novas unidades foram construídas ou estão em processo de construção na Amazônia - a Usina Hidrelétrica de São Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau, ambas construídas no Rio Madeira, a alguns quilômetros da Cidade de Porto Velho, Capital de Rondônia, e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, no Estado do Pará, cuja construção ainda está em fase inicial.

Nos momentos que antecederam estas construções, muitos pontos foram levantados e discutidos, no entanto, alguns deles geraram polêmicas, como foi o caso da construção da Vila de Nova Mutum Paraná pela empresa ESBR, responsável pela Usina Hidrelétrica de Jirau.

Existem motivos que contrapõem a implantação destas Usinas e que geram inúmeros conflitos e insatisfações: a produção insuficiente de energia que estes

projetos para a região norte, onde estão instaladas, os impactos causados no ecossistema e na vida de diversas comunidades da região.

A energia produzida pela UHE de Jirau chega na região sudeste por meio do linhão, mas não consegue abastecer cidades próximas a Usina como o Município Amazonense de Humaitá, a aproximadamente 376 km da UHE de Jirau. Assim como Humaitá, inúmeros outros municípios e distritos próximos a Rondônia, que possui três Usinas Hidrelétricas implantadas em seu território, ainda vivem de geradores, ocasionando quedas constantes de energia e um alto custo deste tipo de serviço pago pela população local.

Muitas das localidades que não recebem a energia produzida em Rondônia sofreram diretamente com a cheia histórica do Rio Madeira, coincidentemente ou não, após a finalização da Segunda Hidrelétrica construída neste rio, a UHE de Jirau. Sobrando danos e faltando benefícios

Todo processo de mudança de espaços, remanejamento de famílias, causa prejuízos aos indivíduos, no entanto, esses prejuízos podem ser maiores ou menores, dependendo da forma com que são conduzidas estas mudanças. Para isto é fundamental adotar ações de responsabilidade social, que realmente estudem e valorizem os costumes de cada comunidade atingida.

O benefício energético não pode ser visto como única, ou maior, preocupação no processo de construção dos grandes projetos hidrográficos; as comunidades tradicionais devem impetrar igual preocupação e importância.

No referencial teórico desta dissertação serão apresentados argumentos iniciais, desenvolvidos junto aos autores, dentro do contexto de estudos já realizados sobre o tema e o problema em questão, com base nas categorias Território e Poder, *Company Town* e Desenvolvimento Local. Assim, será criado um referencial teórico com a possibilidade de ser refutado, pois o nosso objetivo não é esgotar o tema, mas sim provocar novos debates sobre a questão, possibilitando que novos pesquisadores possam ampliar o debate, a partir da análise deste objeto e, inserir novas categorias e novas áreas.

Além do levantamento bibliográfico, através da consulta de livros, periódicos, artigos e pesquisas telematizadas[1], um dos principais materiais de estudo foram as

[1] TELEMATIZADA: Informações coletadas majoritariamente por meio da Internet.

consultas diretas através de entrevistas e da observação direta do modo de vida local, além da visita à Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau.

Segundo Fischer (2002), no dia-a-dia das cidades e regiões, as questões de território e poder mostram-se presentes nos modos de organização e de governabilidade das sociedades e dos sistemas sociais locais, onde formas tradicionais de planejamento e desenvolvimento, como planos diretores, tornam-se redundantes orientações sobre estes espaços e o processo decisório. Tal é a influência do paradigma território-poder nos cenários geoeconômicos, que podem representar a base e as balizas para estratégias que possam absorver as questões locais de desenvolvimento. Portanto, os interesses, recursos, cultura, e o contexto global e local também são protagonistas no processo de desenvolvimento local, que por sua vez influenciam as relações do estado, sociedade e mercado.

Evidências mostram que as relações de território e poder influenciam os contextos socioeconômicos e políticos e, são cada vez mais representativas, principalmente em se tratando de sua capacidade de interferir na realidade local. Tais evidências indicam que essas relações entusiasmam as ideias e ideais, potencializando conteúdos estratégicos e políticos, que por sua vez, influenciam os modelos de desenvolvimento local. Revelando uma interdependência entre entidades locais e globais.

Para contextualizar o problema de pesquisa, é necessário evidenciar que a Empresa responsável pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Jirau, ESBR, justifica a criação de Nova Mutum Paraná, como sendo uma resposta ao Programa de Reassentamento das Populações Atingidas, em especial, para atender as famílias do antigo Distrito de Mutum-Paraná, sem considerar suas características culturais, sociais, econômicas e políticas, o que desagrada a maioria das famílias que não aceitaram ir para esta nova localidade.

No entanto, este novo projeto urbanístico não abriga apenas famílias de reassentados, mas também profissionais que trabalham na Usina. É importante que as famílias remanescentes de Mutum Paraná aceitem mudar para esta nova estrutura urbana, devido aos laços empregatícios com a empresa responsável pela criação de Jirau.

A preocupação de recriar o Antigo Distrito em uma outra localidade - com estruturas semelhantes aos originais, que proporcionassem a preservação de seus

costumes, suas características básicas demográficas e as relações pessoais - não parecem ter sido uma inquietação da ESBR, que apenas deslocou as famílias sem entender sua organização social, cultura e demais necessidades.

Neste universo, ao analisar as ações direcionadas para o remanejamento de atingidos, foi traçado o seguinte problema que norteará a pesquisa:

Houve efetivamente ações legítimas para que a Nova Mutum Paraná se desenvolvesse como Distrito, preservando suas características demográficas e não se tornando mais uma *Company Town* na Amazônia?

Para direcionar o estudo e a compreensão do problema, foi traçado como objetivo principal, investigar se Nova Mutum Paraná foi planejada efetivamente para ser um novo espaço territorial com condições para se desenvolver, ou foi mais uma *Company Town* na Amazônia.

E como objetivos Intermediários, buscaram-se as seguintes questões:

1. Verificar se houve ações para garantir a preservação efetiva do Distrito de Mutum Paraná por parte de órgãos governamentais (IBGE, ANA, Prefeitura e IBAMA);
2. Investigar, quanto à finalidade da construção da Nova Mutum Paraná, se de fato seria a sede do antigo Distrito e da sua comunidade, ou uma vila para funcionários da Usina Hidrelétrica de Jirau;
3. Identificar se as ações legítimas (reuniões, consultas públicas, assembleias, envolvendo os diversos atores relacionados) foram suficientes para garantir a implantação de Nova Mutum Paraná de forma democrática e ampla.

As hipóteses que instigam esta pesquisa são assim definidas:

1. Não houve uma preocupação legítima com a preservação do Distrito de Mutum Paraná e sua comunidade?
2. Mutum Paraná foi uma *Company Towns* antes de ser uma área urbana de Jaci Paraná?

Quanto à delimitação do estudo é necessário abordar à luz das categorias território, e poder e desenvolvimento local, a influência e relação destas categorias dentro do processo de criação da Nova Mutum Paraná; apontando aspectos positivos e negativos decorrentes do não remanejamento do Distrito. Portanto, fixar-se-á atenção na necessidade de verificar se ocorreram ações legítimas para que Nova

Mutum Paraná (NMP) se tornasse um Distrito ou apenas uma *Company Town*. Entretanto a compreensão deste fenômeno depende da constatação do resultado final do processo, da situação em que se encontram os moradores que de fato foram para a NMP.

O estudo está restrito à localidade de NMP e aos moradores remanejados do antigo Distrito; portanto, não foi objeto de estudo qualquer outro Município do entorno, ou mesmo o município de Porto Velho (PVH).

Por fim, ressalta-se que o estudo não pretendeu esgotar as discussões, mas provocar outros debates e contribuir para repensar novas ações diante de um mesmo desenho.

O remanejo de Comunidades atingidas por barragem e a dinâmica das relações de poder, o desenvolvimento local, o espaço e a territorialidade são debatidos nesta dissertação para contribuir com o debate do tema em questão.

Para discutir todo o tema em estudo são utilizados teóricos da Geografia e de outras áreas que debatam o mesmo assunto, unindo ideias e conceitos, a fim de uma maior compreensão sobre todo o processo que gerou o remanejo das famílias de Mutum Paraná. A criação da nova estrutura urbana para o remanejo destas famílias ressalta problemas administrativos gerados pela falta de conhecimento e despreocupação com a população atingida. O processo não cessa no remanejo.

O Capítulo I aborda o percurso de pesquisa, a metodologia, os métodos e a abordagem interdisciplinar, a fim de compreender melhor o fenômeno. Teóricos que asseguram o diálogo em questão, Território e poder, *Company Town,* Desenvolvimento Local, cujas contribuições permeiam por teóricos de diferentes áreas do conhecimento, buscando explicar os mesmos temas, complementando e enriquecendo a análise e interpretação dos dados coletados e das relações percebidas.

No Capítulo II, há uma apresentação histórica sobre os atores envolvidos no problema em questão, o que motivou a vinda das Usinas Hidrelétricas para a região e como era Mutum-Paraná antes da chegada das Usinas.

O debate sobre as hipóteses é realizado no Capítulo III, no qual também são apresentados e analisados os resultados encontrados.

CAPÍTULO I

RECURSOS, ABORDAGEM METODOLÓGICA E REVISÃO TEÓRICO–CONCEITUAL

Foto 1 - Beira Rio em Mutum-Paraná

Fonte: João Henrique Rosa

"Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios (...) Todos nós combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder". (Claude Raffestin, 1993)

1 - RECURSOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA E REVISÃO TEÓRICA – CONCEITUAL

Para compreender o processo de remanejo das Família do distrito de Mutum-Paraná, a criação da Vila NMP e as relações de poder inseridas dentro do processo destes dois fatores citados em decorrência da construção da UHE de Jirau, com o intuito de alcançar os objetivos estipulados foi definido o método, sendo o dialético o escolhido.

O confronto de informações publicadas nas mídias, dados coletados e entrevistas, história oral, no molde qualitativa contribuem para o desenvolvimento da pesquisa. O conteúdo transcrito visa compreender as temáticas que surgiram através do contato com o olhar do pesquisador, os textos analisados e as entrevistas.

A optação pela pesquisa qualitativa se deu em função do objetivo traçado e cuja necessidade de estudo não se faz através de números, mas pela reflexão e analise dos textos e contexto apresentados.

A análise dentro do método dialético permite a interpretação do problema dentro de um conjunto de processos interligados, do pensar sobre a organização do homem dentro do espaço e das relações sociais, suas contradições e conflitos partindo dos embates dentro do espaço e do território. O “Como” os fatos se apresentam, o “Porquê” e o “Para Quê” são questões que estimulam respostas para a compreensão e explicação das relações e ações ocasionadas no debate em questão.

> O método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. A noção de totalidade refere-se ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, interrelacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Já a noção de mudança compreende que a natureza e a sociedade estão em constante mudança e que elas tanto são quantitativas quanto qualitativas. Enquanto isso a noção de contradição torna-se o motor da mudança. As contradições são constantes e intrínsecas à realidade. As relações entre os fenômenos ocorrem num processo de conflitos que geram novas situações na sociedade. (DINIZ, C.R; SILVA, I.B da; 2008, p 4)

Assim o método dialético auxiliará a conflitar as informações coletadas possibilitando entender o fenômeno em questão nesta dissertação envolvendo a criação de Nova Mutum Paraná e o remanejo das famílias do antigo distrito de Mutum-Paraná.

Após a definição do tema e problema de pesquisa, procedeu-se a uma revisão da literatura pertinente ao problema de investigação. E para dar suporte ao estudo, escolheram-se as orientações teóricas, ou seja, as categorias território, poder, espaço e desenvolvimento local.

Em seguida houve a seleção dos sujeitos e a elaboração das questões gerais, para orientar a coleta de dados. Coletando os dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas.[2]

Foram entrevistadas 10 indivíduos, 4 mulheres e 6 homens, 9 eram ex-moradores de Mutum-Paraná e que hoje residem na Nova Mutum Paraná e um prestava serviço em MP e hoje mora na Nova Mutum Paraná, dentre eles apenas 3 autorizaram a publicação de suas falas, por medo de serem identificados e perderem os empregos.

O fato dos ex-moradores de MP e que hoje moram na NMP possuírem laços empregatícios com a empresa, dificultou a coleta de dados, tendo em vista a situação econômica da localidade cuja finalização da construção da Usina resultou na dispensa de diversos funcionários.

Concluída esta etapa, transcreveu-se o conteúdo das entrevistas gravadas e autorizadas, iniciando a seguir a leitura crítica dos relatos, identificando possíveis grupos de análises. A interpretação dos dados da pesquisa foi realizada por meio de análise interparticipante, ou seja, incluindo a interpretação do pesquisador e as palavras dos próprios sujeitos. Em seguida, elaboram-se proposições relativas à pesquisa, que são somente enunciados que permitirão a compreensão do fenômeno estudado.

Ao encaminhar-se para a efetivação do processo metodológico, resgata-se o problema de pesquisa que motivou o estudo, bem como, confrontam-se os resultados obtidos com as teorias que subsidiaram a investigação.

De posse dos dados teóricos e empíricos foi construída a dissertação de forma exploratória; descritiva e explicativa.

Os meios utilizados na pesquisa foram: o trabalho de campo; a revisão bibliográfica; levantamento de documentos e a interação com a comunidade-alvo do estudo.

---

[2] Semiestruturadas: Entrevistas com um roteiro pré-definido, no entanto flexível, podendo ser alterado conforme o desenrolar da entrevista e as informações apresentadas pelo entrevistado,

Neste sentido, o universo constitui-se da área urbana de Nova Mutum Paraná. E, quanto à amostra, afirmamos que é “não amostral”, porque teve como sujeitos da pesquisa a comunidade e a Empresa ESBR.

Para a coleta de dados, foram realizados os seguintes procedimentos: entrevistas semiestruturadas; revisão da literatura disponível e relacionada ao problema de pesquisa; consulta à biblioteca do IBGE de Porto Velho; tese e dissertações com dados pertinentes ao assunto; pesquisa documental; pesquisa Institucional; pesquisa telematizada; pesquisa do fenômeno e vivência.

Quanto ao tratamento dos dados, foram objetos de: a) análise dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e documental; b) confrontamento dos dados coletados e a transcrição; c) análise do conteúdo.

1.1 - TERRITÓRIO E PODER

O território compreendido por Claude Raffestin (1993) nasce do espaço, sendo ambos, coisas distintas. Um está inserido no outro, o território é a produção que nasce das relações de poder estabelecidas dentro do espaço, já o espaço é a delimitação física onde estas relações ocorrem.

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Conforme relata o autor, a abordagem do território institui, em sua obra, o caráter político do espaço, assim como sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, pré-existente ao território. O território só existe diante das relações de poder dentro de um espaço, mas não é o espaço. O espaço é delimitado de forma abstrata ou física, enquanto o território surge devido à relação entre os indivíduos dentro desta delimitação em que as opiniões podem convergir ou divergir, de tal maneira que são delimitadas por características que os assemelham em um determinado momento.

Para a pesquisadora Edilaine Arruda Rosendo (2014, p. 26) o espaço não se constitui apenas de objetos e coisas, nele a presença humana é primordial, a existência do ser e, por conseguinte, o espaço encontra-se ligado ao social, à sociedade. É nesta descrição de espaço que nasce o território.

O indivíduo e o território criam uma relação simbólica mediante a relação com o espaço ocupado e vivido.

O simbólico é visto pela relação de identidade que dá significado à categoria de Território já estudada:

> (...) destaca como "[...]resultado de uma apropriação simbólico expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas". Diante de tal constatação, é inevitável concluir que a identidade cultural também dá sentido e significado ao território. Enfim, a intensa articulação entre todas as dimensões é que vai possibilitar uma compreensão da totalidade dos fenômenos que se manifestam (ALMEIDA, VARGAS, MENDES, 2011, p. 23).

Os autores acima citam a importância dos objetos simbólicos para a construção do território, os quais se tornam parte dele.

Para Raffestin (1993), a ênfase político-administrativa está dentro da concepção de território, isto é, como o território nacional que é um espaço físico onde se encontra uma nação, um espaço onde se institucionaliza uma ordem jurídica e política, onde os limites são marcados pela ação do homem. Com isso o ator, a sociedade, territorializa o espaço.

Ao continuar a análise, Raffestin (1993) enfatiza a necessidade de considerar uma categoria, que ele mesmo chama de essencial para compreensão do território, que é o poder exercido por indivíduos ou grupos e, sem o qual, segundo o autor, não se define território. O poder é relacional, por ser inerente a todas as dinâmicas sociais, entretanto, existe uma autonomia entre estas categorias. Elas devem ser abordadas conjuntamente para a concretização do conceito de território.

Para Cavalcante (2012) "O território é então, toda ação que implica na apropriação, seja o limite abstrato ou concreto, para o exercício de uso e poder." Assim o território tem sua existência diretamente ligada ao exercício do poder, não há território desvinculado do poder.

A gestão local do território se faz em meio a uma complexa rede de relações que envolve grupos sociais diferentes, cada qual com seus interesses particulares e

estratégias específicas, com um confronto constante entre poderes e influências, gerando ações que nem sempre serão justas para a maioria.

Tânia Fischer (2006, p. 60) complementa o sentido de território abordado:

> O território é um campo de forças, ou seja, de exercício de poderes em diferentes escalas, que vão do micro-local ao global. Refere-se a um âmbito espacial delimitado - um bairro, um município, uma região - podendo ainda ser indicado por outras designações que sugerem uma certa inércia, estabilidade e relativa ordenação. Ao se definir um contorno territorial, pressupõe-se um agenciamento estratégico neste recorte. Ou seja, território é concretude e forma, mas também indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses. (FISCHER e PINHO, 2006, p. 60).

Diante desta integração entre grupos são geradas novas relações que estabelecem decisões importantes para o desenvolvimento da localidade e até mesmo do indivíduo, podem em alguns casos gerar o e embate.

Nas relações de poder dentro do território atingem diretamente a identidade e pode ser redefinida mediante a necessidade de cada indivíduo.

Tânia Fischer (2002) descreve o poder local de diversas dimensões:

> (...) é um sujeito de agenda de pesquisas focadas em pensamentos que exploram tanto o movimento e a tensão, quanto a procura de modelos de estabilidade, melhor gestão, processa alianças, analisa e minimiza conflitos entre atores sociais, assim cresça a formação de uma nova identidade diante de práticas de gestão especifica. Neste foco a cidade é o eixo para o processo de desenvolvimento local e regional diante da influência da democracia...A análise dos poderes locais remete às relações de forças pelas quais são os meios que estabelecem alianças e conflitos entre os atores sociais na formação de identidade e práticas de gestão que visa ao desenvolvimento dos processos de ação e gestão social, sendo formas contemporâneas do poder e da gestão. (FISCHER, 2002, p19).

De acordo com Fischer, a relação de poder está presente nas relações humanas, existentes entre indivíduos, dentro de diferentes desenhos espaciais, organizadas e reorganizadas em múltiplas direções e, ao administrar um território, estas ações configuram uma relação que sobressai a outra.

Para Fischer (2002), a relação de poder ocorre dentro de uma estrutura organizacional e o poder exercido dentro da gestão em organizações governamentais ou correlacionadas e as quais gerenciam recursos advindos do Poder Público, o Estado tem a função do desenvolver uma regional ou de uma estrutura relacional.

Em Geografia do Poder, Raffestin (1993) fala do poder político reforçado pelos discursos de Gottmann “Só há política onde se pode exercer a ação dos homens que vivem em sociedade”[3], e de Balandier quando afirma que “o poder político é congruente a qualquer forma de organização”[5]. Assim a ação da gestão pública pode ser considerada um ato do poder político, sendo ela uma ação que nasce dentro das relações sociais.

Ao falar de gestão, o Estado é visto como um grande centro de poderes, não é o único poder dentro das relações sócias nem o único detentor do poder político, “o fato político não está inteiramente refugiado no Estado” (Raffestin,1993, p.17) e a administração deste poder requer planejamento coerente, ético e comprometido com regras traçadas por leis regentes no país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Acesso à Informação (LAI) regulada pelo decreto nº 7724, que delimita e assegura que o poder político seja exercido de forma responsável pelos atores sociais, o que planeja, o que executa e o que fiscaliza, estando o Estado, as organizações governamentais ou não e os demais membros da sociedade contidos dentre estes atores.

> (...) a Lei nº12.527 foi vanguardista, na medida em que estabeleceu a obrigatória prestação de contas por todo e qualquer órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta (incluindo empresas públicas, sociedades de economia mista e outros entes controlados direta ou indiretamente pela União) e entidade privada sem fins lucrativos que receba recursos públicos. (http://justica.gov.br/Acesso/sobre-a-lei-de-acesso-ainformacao).

A Lei citada acima é outra que orienta sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, quanto à administração de verba pública e na qual a publicidade das informações referentes à utilização desta verba é uma das diretrizes. Esta tal lei contribui para que os estados e referentes, tenham compromisso e que utilizem o poder a eles concedidos de forma responsável.

No entanto, o território, ao nascer das relações de poder, conforme Fischer(2006), favorece, através das relações de forças, reconhecer identidades e todo o processo de desenvolvimento do local e no qual o grupo como um todo tem sua parcela de responsabilidade, seja o Estado ou a população.

---

[3] GOTTMANN. *Apud Raffestin*, Op. Cit., p.20. [5] BALANDIER. *Apud Raffestin*, Op. Cit., p 17.

Nas ações derivadas do poder, seja este qual for, exercido dentro de uma sociedade, pode definir o desenvolvimento, ou não, de uma localidade, sendo utilizado para defender interesses de grupos restritos, delimitando o território dos poderes.

Outro autor que fala sobre o poder com muita propriedade é Foulcault (2008), muito embora ele não cite diretamente o território, o autor mostra como o poder se difere nas diferentes relações e em diferentes locais, percebendo em suas análises a importância do poder em cada sociedade.

Cada território é delimitado por grupos de interesse, criando a estrutura tessituras-nós-redes, da qual fala Raffestin (1993), "(...)onde se revelam as relações de produção e, consequentemente, as relações de poder". "Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas" (Raffestin, 1993, p 154). Estes poderes que atuam sobre a escala macro podem delimitar sobre o futuro de toda a tessitura.

Diante de toda esta tessitura de poderes do item anterior Sérgio Boisier[4] (1996) afirma o quanto o território é fundamental para que se estabeleçam estratégias de desenvolvimento local, que contribuem para a manutenção e evolução de uma sociedade. O território é importante para que ocorra o desenvolvimento local e além disso, Boisier(1996) defini o território como a delimitação onde há atuação do poder político do Estado, uma delimitação social/política.

Boisier(1996) ressalta o papel das estruturas, e as dinâmicas dos processos de crescimento e desenvolvimento de uma localidade.

O território deixa de ser visto, unicamente, como um mero espaço, ou marco de atividades econômicas, ou sociais e sim, uma condição de recurso específico e ator principal do desenvolvimento econômico (LLORENS, 2001):

O território e o poder estão correlacionados. O poder nasce das relações sociais dentro do território, que em contrapartida, surge dentro de um espaço onde estas relações ocorrem e o poder não está resumido em um único elemento dentro do grupo. Todos os atores e em todas as relações dentro da tessitura social exercem o poder, o que também é válido para o poder político.

---

[4] Renomado economista chileno Sérgio Boisier que falou sobre a importância do território no desenvolvimento regional na visão da Comissão Econômica da América Latina – CEPAL, em palestra no II Seminário Integrasul

Este último deve, por sua vez, ser o mais claro e democrático, para que todos os atores possam exercer sua função dentro da ação política, a fim de que ocorra o desenvolvimento local, que deveria ser, dentro da relação de Estado (População, território e autoridades). O impacto de uma má gestão influencia diretamente na estrutura da trama de poderes e impacta no futuro do local.

1.2 - DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO LOCAL

Ao pensar na governabilidade do território, é difícil identificar um local que não sofra algum tipo de efeito, quer seja, positivo ou negativo, oriundo das mudanças nos sistemas de produção e da globalização da economia, graças ao achatamento do mundo.

Há várias evidências que mostram estes efeitos: a concorrência feroz entre as empresas, e vale ressaltar, entre empresas de grande porte e pequenos conglomeradores, contrariando o paradigma de que só ocorre entre empresas do mesmo porte; a desfragmentação dos mercados de massa; a evolução dos produtos industriais e agrícolas, graças ao avanço da tecnologia e o aumento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; a profissionalização de governos e, também, as mudanças na forma de organização e governabilidade das sociedades e dos sistemas locais.

Conforme Boisier, no processo de desenvolvimento de uma região ou de uma localidade, sua capacidade de organização social e política é responsável por modelar o seu próprio futuro e se insere no processo de desenvolvimento endógeno[5], esse revela-se incontestável dentro de uma perspectiva de longo prazo, relacionando, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade, e ressalta o papel das estruturas e as dinâmicas dos processos de crescimento e desenvolvimento.

Nesse contexto, emergem tentativas institucionais de descentralização espacial do desenvolvimento, buscando integrar as potencialidades do território e

---

[5] O objetivo principal da **teoria do crescimento endógeno** é investigar e compreender a ação recíproca entre conhecimento tecnológico e várias características estruturais da economia e da sociedade, e quanto esta atuação recíproca resulta em crescimento econômico.

consequentemente os interesses de médio e longo prazo das comunidades ou dos sistemas sociais locais. Este movimento por sua vez se insinua nas pautas políticas, como novas estratégias de desenvolvimento local, representando a base para possíveis políticas públicas. E incentivando, ainda mais, debates metodológicos para promover o desenvolvimento econômico sustentável nas regiões. Entretanto, os desafios para este modelo são inúmeros, pois requer mudança na forma centralizadora de governabilidade, ou seja, mudança do paradigma nacional desenvolvimentista.

Fotopoulos (2008) enfatiza a ausência dos órgãos públicos na criação e ações eficazes ao desenvolvimento da região de Mutum-Paraná:

> A região de Mutum-Paraná, durante os programas oficiais de desenvolvimento, apresentara um resultado inverso ao esperado pelo Governo Federal em relação às populações tradicionais que residem neste território amazônico, uma vez que se atribuíra a utilização de uma metodologia de crescimento econômico que atuara de forma homogênea, inserido nos moldes capitalistas como proposto governamental de desenvolvimento para a região. Esse mesmo resultado mostrou que o governo desconhecia as diversidades culturais, sociais e econômicas dos mosaicos territoriais na qual a Amazônia se apresentava. Destarte, é justo ressaltar que, após a inserção dos projetos oficiais de desenvolvimento ocorria a notória ineficácia do amparo de políticas públicas em relação à população de Mutum-Paraná, resultado pela falta de fomentação de planejamento para a criação e institucionalização de políticas públicas nessa região, promovendo assim desigualdade, exclusão, e desarticulação na complexa organização social das populações tradicionais dessa região amazônica.(FOTOPOULOS, 2008, p.17).

O poder público ao organizar ações de desenvolvimento da região amazônica não parece se preocupar com as particularidades de cada localidade, sua cultura, seus hábitos, suas relações sociais e econômicas, trata toda a região como se fosse identica o que resulta em fracassos de desenvolvimento.

Josué de Castro Silva, em sua tese, ao falar das comunidades ribeirinhas, relata a marginalização social na qual vivem:

> Historicamente esse modo de viver sempre esteve “às margens” do planejamento estatal no que se refere à formação de infra-estrutura que garanta a melhoria das condições de saúde e educação, principalmente. Essa ausência pode ser um dos fatores responsáveis por manter a maioria das comunidades em uma condição precária de saúde e educação e conseqüentemente, gerando desestruturações sociais internas. (SILVA,1999, p. 19).

Assim, Silva denuncia o descaso pelo qual do poder público tem para com estas Comunidades fadadas à própria sorte, esquecidas quanto ao recebimento de investimento público, mas contribuem com o recolhimento de impostos.

Cabe lembrar que a região norte já passou por inúmeros processos de incentivos de desenvolvimento local: como a implantação da Zona Franca de Manaus, a abertura de diversas estradas como a Transamazônica e a BR 364, entre outros projetos, no entanto, sempre são restritos a grandes aglomerações populacionais desta região.

Segundo Costa (2002), as políticas governamentais de desenvolvimento, no Brasil, surgiram baseadas em um paradigma que entendia o Estado como principal agente responsável pelo avanço da economia e, que compreendia as desigualdades socioeconômicas inter-regionais como sério obstáculo à integração nacional e à sustentabilidade do crescimento brasileiro.

A existência das desigualdades nas taxas de acumulação de capital entre as diversas regiões do país não é um fato novo, pois se constituía em uma característica estrutural desde os tempos da colonização. O fato novo era a percepção de que tais desigualdades não poderiam ser reduzidas apenas através do livre jogo das forças de mercado, e de que a sua persistência implicava uma disfunção sistêmica que poderia ameaçar o equilíbrio socioeconômico como um todo.

O governo - em um mundo cujo dinamismo é liderado por empresas globais que decidem onde e como investir, reconfigurando os espaços territoriais, segundo suas necessidades - precisa, cada vez mais, rever suas funções, antes bem definidas, de construtores de nações unificadas e homogêneas em termos econômicos e culturais, para assumir o papel de agentes reguladores, parceiros e estimuladores do desenvolvimento endógeno das sociedades regionais e locais.

Com isso, a função do desenvolvimento local tem sido o cerne de debates entre profissionais nas áreas da Sociologia, da Economia, da Administração, da Antropologia, da Política e da Geografia. E tem representado os interesses de políticos, grupos empresariais, blocos econômicos e grupos locais.

Diante dessas novas perspectivas, temas como novas territorialidades, novas geografias culturais, vocações econômicas, novas estratégias políticas, potencialidades locais e regionais, cultura local, e outros, têm sido revistos, a partir de

novos conceitos e modelos de análises, proporcionando uma abordagem ampla, todavia focada na questão do desenvolvimento local.

> Desenvolvimento é um conceito, ou melhor, uma rede de conceitos que podem estar diretamente associados como, atualmente, aos adjetivos "local, integrado e sustentável", que constroem a senha DLIS[6], como é conhecido o processo no Brasil. (Fischer, 2002, p. 12)

Quando Fischer (2002) remete a essa rede de conceitos, refere-se aos diversos conceitos ao logo do tempo que deram origem ao que hoje é o desenvolvimento, conceitos que estão relacionadas com os adjetivos "local, integridade e sustentabilidade", separadamente ou correlacionados.

Fischer (2002), chama atenção para a importância de conceituar o desenvolvimento, como forma de agregar e qualificar com a intenção de reforçar o discurso. Assim, ela apresenta a evolução do conceito Desenvolvimento e cita:

> O Relatório Pearson de 1969, ao rever a história da cooperação internacional, observa que está baseada em "relações de desenvolvimento, constituem a alma da política de ajuda eficiente". Mais adiante, continua o relatório que: "Os países pobres do mundo optaram pelo desenvolvimento, não importa o que se faça ou o que se deixe de fazer no plano internacional. Eles estão resolvidos a perseguir uma vida melhor para si mesmos e os seus descendentes". (Fischer, 2002, P.28).

O Brasil era um destes países, mas buscou, ao longo dos anos, definir o seu desenvolvimento através de parcerias e organização administrativa da gestão. Atualmente Fischer defende Desenvolvimento agregado pela sua função social, pois o conceito de desenvolvimento ao qual se refere é desenvolvimento de cunho social: "O desenvolvimento local ou é desenvolvimento social ou não é desenvolvimento, e será o produto e processo das ações de gestores cujo perfil está em discussão e construção." (2002, p. 30). Para que haja este desenvolvimento local, ao qual se refere a autora, é imprescindível o planejamento que não envolve somente a gestão administrativa, mas a atuação dos diversos atores sociais.

Nesse sentido o desenvolvimento local na administração atual, tende procurar o equilíbrio necessário e complementar entre o Estado, o mercado e a sociedade civil/comunidade, criando estratégias e adotando ações que respeitem a ação da

---

[6] Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

transparência e da publicidade, para que todos possam intervir e fiscalizar as ações, de modo que não se desvincule o desenvolvimento do social.

1.3 - COMO IDENTIFICAR UMA COMPANY TOWN

As primeiras construções de Company Town na Amazônia, dentro do território brasileiro, foram Belterra e Fordlândia, construídas na década de 20 para abrigar trabalhadores ligados à extração do látex das seringueiras. Dentre elas apenas Belterra se estabeleceu como cidade após o fim da extração da borracha.

Fordlândia, devido ao difícil acesso, limitado às vias fluviais, virou ruína.

> Ao construir uma company town, a empresa capitalista objetiva assegurar a seus funcionários o atendimento das necessidades de habitação, lazer, cultura e promoção social (Rodrigues apud Lefebvre, 1969; Crawford, 1995).

Estes empreendimentos urbanos se destacam na Amazônia pela qualidade de serviços ofertados a seus funcionários e pelo urbanismo, sempre muito bem organizadas e geralmente divididas por serviços e posição hierárquica dentro da empresa:

> (...) as chamadas company towns (cidades de empresa) distinguem-se no processo de urbanização e de desenvolvimento na região amazônica, tanto pelos elementos estruturais que lhes são próprios, quanto pelos contrastes que representam na organização do espaço e da sociedade regional.(...) Como unidade urbana (vila, bairro ou cidade), as *company towns* são apresentadas tanto como modelos de urbanidade - e efetivamente introduzem novas técnicas de construção e de organização no espaço amazônico -, quanto como antagonistas na relação que estabelecem com as populações que estão fora de seus limites. (...) A implantação destas *company towns* na Amazônia significa um novo padrão construtivo, social e de consumo na região, associado a uma nova concepção de planejamento urbano. Por outro lado, mesmo tendo sido criadas num período de tempo relativamente curto, dentro de uma estratégia governamental de integração nacional e internacional, ocupação e desenvolvimento da Amazônia, as *company towns* apresentam evoluções e processos diferenciados das demais vilas e cidades na Amazônia. (RODRIGUES, 2008,p.65)

Outra característica marcante destas vilas é o tempo limitado da sua função. Cada CompanyTown está ligada a uma empresa que explora um determinado elemento, minério ou energia. Ao fim das operações, a empresa entrega a vila à

administração da unidade federativa na qual está instalada para que esta administre à sua maneira.

Rodrigues (2008) aponta diferenciações entre as *Company Towns:*

> As company towns fechadas são em geral definidas como aqueles núcleos habitacionais de uso exclusivo da empresa, com tendência à padronização, ao segregacionismo hierárquico e ao isolamento. Na Amazônia, especificamente, em meio à floresta distinguem-se casos que se caracterizam enquanto vilas "fechadas", como Vila Serra do Navio, Núcleo Urbano de Carajás, Porto Trombetas e Tucuruí. Existe um modelo alternativo, considerado como company town "aberta", que seria uma tentativa de adaptar o modelo fechado a uma realidade mais flexível, não sendo ocupada ou utilizada somente por apenas uma empresa e possibilitando que pessoas não ligadas às empresas adquiram lotes ou morem na vila. Na verdade, consideramos que este modelo consiste em um reflexo de contingências e que deve ser entendido como uma company town "semi-aberta", sendo este o caso de Vila dos Cabanos, no Pará. Esta caracterização (fechada e aberta) representa formas ou estratégias diferenciadas de inserção deste modelo urbanístico na rede de cidades da Amazônia. Significa, desta maneira, um relevante aspecto de distinção entre elas, e consequentemente, dos processos sociais por elas desencadeados. (RODRIGUES, 2008, p35)

Rodrigues atribui classificações às Company Towns, que podem variar entre fechadas ou abertas, podendo considerar também uma semi-aberta, conforme os outros grupos que residam no espaço.

> Ruas traçadas à régua, casas comportadas em suas variações geométricas, milimetricamente posicionadas. São tão parecidas que quem viu uma parece ter visto todas, apesar das modificações, implementações que muitos dos seus habitantes já fizeram. Essa uniformização/ padronização lembra um desfile de soldados. Uniformizada, a cidade quase sempre será imersa no silêncio. O silêncio sólido das ruas, das casas enfileiradas – todas gêmeas, filhas da mesma mãe –, das árvores distribuídas ao longa da avenida, do templo ecumênico e sua arquitetura moderna, da barragem e suas luzes noturnas, suas armações monstruosas de concreto e ferro; o silêncio que circula no centro comercial milimetricamente organizado da ordem que subordina os movimentos, dos caminhos traçados no gramado como amostra da insubordinação às formas pré-estabelecidas.(PEREIRA, SILVA E FERREIRA, 2002, p. 67).

As descrições feitas da Vila de Tucurui por Pereira, Silva e Ferreira parecem descrever qualquer outra, tamanha a semelhança do estilo de vida, e das construções.

As Company towns são vila surreais[7], ligadas a grandes projetos, possuem existência predeterminada, o que impossibilita a criação de laços de afeto com o

[7] Surreal que foge ao real, pertencente ao universo do sonho.

território, devido à constante mudança de pessoas, de modo que a ausência de uma característica cultural é justificada pela constante troca de identidades.

CAPÍTULO II

CONTEXTO HISTÓRICO: USINA HIDRELÉTRICA DE JIRAU E DISTRITO DE MUTUM PARANÁ

Figura 2 - Mutum Paraná em ruínas

Fonte: www.blog radar-on-line.

“ Se o meu partir é certo
Seu partir também será.
Se a minha morte é certa
A tua vida sentirá
.....
Que está chegando a hora.”
Canto do Marambiré em Alenquer – PA

2 - CONTEXTO HISTÓRICO: USINA HIDRELÉTRICA DE JIRAU E DISTRITO DE MUTUM PARANÁ

Historicamente, as relações de território e poder nascem ainda na formação do país, durante a ocupação territorial, quando se instalaram em diversas regiões do país, indivíduos de outras regiões e de outros países.

Diante da demanda do látex, a região Amazônica se transformou em um polo atrativo para pessoas de diversas localidades, principalmente nordestinos, que imigravam em busca de trabalho.

O Ciclo da Borracha, em seu auge, trouxe grandes riquezas para a região Amazônica como um todo, especialmente para Rondônia que, em função do acordo entre Brasil e Bolívia, recebeu a criação, nos recortes do território rondoniense, a estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), facilitando o escoamento da produção do látex da Bolívia e de localidades brasileiras para o Atlântico, através do porto de Porto Velho, no Rio Madeira. A implantação da Ferrovia que funcionou de 1912 até a sua desativação em 1972, contribuiu, também, para o surgimento de povoados e municípios em suas margens, entre eles, o município de Porto Velho, e o povoado de Mutum-Paraná; neste período Mutum era apenas um pequeno povoado.

De 1968 a 1972, a exploração do ouro e da cassiterita vivem seu período áureo em Mutum-Paraná, decaindo, posteriormente, com o fim da EFMM, contudo a atividade garimpeira ainda gerava, em menor quantidade, renda para o Distrito em 2010[8].

O rio sempre esteve diretamente ligado à existência de Mutum-Paraná, que nasceu como posto de abastecimento de água das locomotivas que percorriam a Madeira Mamoré. O rio não era apenas uma fonte de água potável, mas também, uma importante fonte de renda para os que moram próximos a ele, através da exploração do garimpo e da pesca.

Com a abertura da Rodovia 29, na década de 1950, hoje conhecida como BR 364, novos empreendimentos foram atraídos para a localidade, de modo que impulsionou o crescimento local, a exploração de minérios e a expansão agropecuária, facilitando também o escoamento da produção madeireira. O Governo estava preocupado com a emigração da região, como medida preventiva, adotou, então,

[8] Depois de 2010 a região foi alagada e retirada da região toda a ação garimpeira.

estratégias para o repovoamento da região, evitando sofrer invasões por parte da população dos países vizinhos, “integrar para não entregar”.

> A construção e pavimentação da BR-364, entre as décadas 40 e 80, possibilitou a permanência da população nos distritos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã, permitindo o desenvolvimento das atividades ligadas à exploração madeireira e pecuária, porém, sem relevância no contexto regional. (CAVALCANTE, 2012, p.63).

Cavalcanti cita acima, a importância da rodovia no desenvolvimento de Mutum e em sua história, pois atraiu ao pequeno povoado de Mutum-Paraná, pessoas que fixaram moradia e contribuíram para o seu crescimento, tendo em vista sua localização privilegiada, às margens da BR 364 e do Rio Mutum.

Em dezembro de 1985, através de Decreto Legislativo nº 57, o pequeno povoado é definido como distrito e anexado ao município de Porto Velho. Tal nomeação dava a Mutum privilégios importantes, como a implantação de escola municipal, posto de saúde e posto de segurança.

No entanto, a partir de 2008, quando iniciaram os estudos da área para a implantação de duas Usinas Hidrelétricas no rio Madeira, surgiu o impasse quanto ao destino do pequeno Distrito, pois estava situado dentro da área onde planejavam fazer o reservatório da segunda Usina, a de Jirau, fato que fazia do Distrito um obstáculo a ser derrubado.

Na busca por fontes de energia capazes de sustentar o desenvolvimento econômico do país, foram instaladas estas duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, a de Jirau e a de Santo Antônio. A justificativa que fortalece a expansão do setor elétrico, utilizando hidrelétricas, nasce do discurso de que ela é uma fonte de energia renovável, sem emissão de gases à atmosfera terrestre e que utilizaria o maior recurso natural existente no planeta, a água, sendo para o governo a opção mais sensata.

Esta percepção ignora o fato de a maior parte desta água estar nos oceanos onde não se constroem usinas hidrelétricas, além de não ser levado em consideração, os diversos impactos causados ao meio ambiente e às sociedades ao redor destes empreendimentos, como ocorreu com Mutum-Paraná.

Segundo Phillip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), contrapõem a ideia de que as hidroelétricas produzem energia limpa, pois ele relata que elas produzem gases tóxicos, especialmente o metano, que:

> [...] tem um impacto muito maior sobre o efeito estufa por cada tonelada. É vinte e cinco vezes maior por cada tonelada de gás, se comparado com o gás carbônico. Qualquer transformação do carbono em metano gera mais impacto, e a culpa dessa emissão é da hidrelétrica. O reservatório funciona como uma fábrica de metano. A água dentro do lago acaba formando camadas, uma mais fria no fundo e outra mais morna em cima. É formada uma divisória que não permite a mistura dessas duas camadas. A água do fundo fica sem oxigênio, e tudo o que apodrece lá vira metano, não gás carbônico. Grande parte desse metano sai pelas turbinas das usinas. Essa água está sob pressão, o que faz mais gás a ser absorvido pela água. Quando a água passa pela turbina e sai pelo ar livre com menos pressão, o gás vai saindo e é muito metano. (FEARNSIDE, 2009, p.4).

Assim, Fearnside aponta o erro ao definir as hidrelétricas como fontes de energia limpa, como defende o governo ao justificar a implantação delas na geração de energia, pois produzem gazes altamente poluentes causando mais impactos do que se considerava a princípio: produção de gases tóxicos; desmatamento de grandes áreas e desapropriação de terras pertencentes, geralmente, a comunidades pobres e tradicionais.

Sabe-se que o Brasil é hoje o país com o maior potencial hidrelétrico[9] do mundo. É natural que ele seja também considerado o país em que as usinas respondem pela maior parte da sua produção elétrica, no entanto, mediante aos impactos que provocam, ela não é a escolha mais assertiva de fonte para geração de energia, ainda assim, atualmente o grande foco tem sido a implantação delas na região Norte, dentro da Floresta Amazônica.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no Rio 2012, o Brasil foi questionado quanto ao desmatamento da Floresta Amazônica, a maior floresta do Mundo. O governo se diz preocupado, apesar de incentivar a inundação de vastas áreas para a implantação de usinas hidrelétricas. É preciso encontrar um modo mais sustentável de gerar energia sem devastar a região Amazônica. Só no Rio Madeira foram construídos dois, destes novos e grandes projetos de hidrelétricas, destacando aqui a Usina Hidrelétrica de Jirau sob a qual recai o fim do Distrito de Mutum Paraná, atingido pelas águas da barragem em 2011.

---

[9] Informação extraída do Atlas de Energia Elétrica do Brasil.

2.1 - O DISTRITO MUTUM-PARANÁ: DESCRITO POR SEUS MORADORES

O distrito de Mutum-Paraná estava situado a 170 quilômetros do Município de Porto Velho, à beira da BR 364, sua população, no ano de 2010 era de 6.575 habitantes, sendo 3.561 homens e 3.014 mulheres, possuindo um total de 2.669 domicílios particulares[10]. Mutum Paraná surgiu às margens do Rio Mutum e da BR 364 no estado de Rondônia, no Km 169 “Estação de Mutum Paraná, no km 169,2: A E. F. Madeira- Mamoré provocou o surgimento de Mutum-Paraná, núcleo populacional estagnado a partir da erradicação da ferrovia.” (Borzacov, 2007, p. 28).

A ferrovia foi crucial na criação de Mutum-Paraná; não se pode ignorar o fato de que o rio e a BR contribuíram, também, para o desenvolvimento do Distrito.

O rio trouxe renda e facilidade de transporte, além de entretenimento para os moradores que passavam os finais de semana, onde inclusive fixaram mesas e bancos (fig. 1).

A caixa d’água quando ainda estava em Mutum-Paraná, apesar do mato que constantemente crescia ao seu redor e do desgaste provocado pelo tempo, devido a deterioração do material metálico, da qual era construída, as letras de Bem Vindo a Mutum Paraná e a sua estrutura de concreto eram bem conservadas, demonstrando uma preocupação com a sua preservação, sendo referência que identificava a localidade, conforme foto 3.

O professor Pita, ex-morador de Mutum, ao definir o distrito como uma ilha, ressalta a importância do rio em relação à área de terra firme do local, pois em sua memória a quantidade de água dava a ele a noção de que se tratava de uma ilha.

Outro elemento que tinha significado para os ex-moradores de Mutum era a estrutura sobre o rio Mutum da antiga EFMM. O rio Mutum, de água verde escura, proporcionava, além da pesca, do garimpo e da navegação, momentos de lazer para toda a comunidade e as velhas estruturas da estrada de EFMM eram utilizadas como trampolim, ou até mesmo, usada para o comércio. Em uma de suas extremidades foi

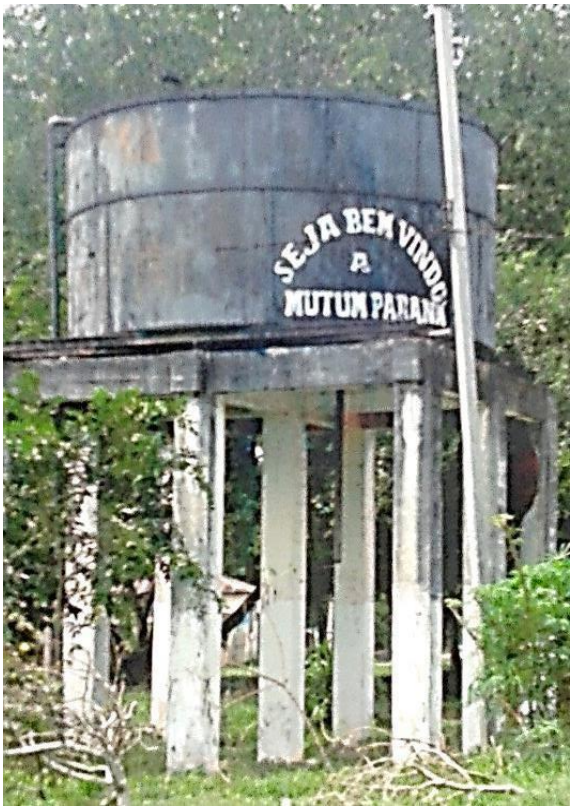
---

[10] Informações retiradas da página do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao

adaptada uma estrutura para ser o restaurante “o Belisco” do senhor Joaquim Gonçalves Mendes, como é possível observar nas fotos 4 e 5.

Figura 3 - A caixa d´agua ainda em Mutum Paraná.



Fonte: Observatório de NMP.

Figura 4 - Estrutura de Ferro da Madeira Mamoré com Bar do Belisco em uma das extremidades.

Fonte: Observatório em NMP.

Foto 5 - Bar do Belisco

Fonte: www.blog radar-on-line.

> (...) É, o lazer lá que mais lembra! Também é o lazer, que os jovens gostavam muito de tomar banho no rio... É... Ficar em cima dumas plataformas de trem que era da estrada de ferro Madeira Mamoré. Ali quando era jovem também, criança, cansei de a gente brincar em cima daquelas plataformas e que até hoje ainda existe lá, não foi retirado ainda está lá. (ROSILENE, entrevista, 2014).

O rio e a água são lembrados como algo de inestimável importância para os moradores do antigo Distrito:

> Aqui não tem nada. Essa empresa não ofereceu nada para nós, até um balneário para nós... Tá lá... Nada fizeram e não vão fazer, diz que devido a 'carapanan'. Não fazem porque não querem mesmo... Então, aí nós estamos aqui, nessa selva de pedra, né? Aqui não tem água, não tem nada, agora que tá sendo arborizado, é um calor ó... se não for no "ar", ninguém, dorme de noite, porque as casas são quentes... e lá, gente dormia tranquilo, todo mundo. (PROFESSOR PITA - entrevistado).

Quando Pita ressalta sobre a falta do Balneáreo e diz que o local "(...) não tem água, não tem nada (...)" são indicativos que ressaltam o significado da água para ele. Outro elemento apontado por Pita como importante, são as árvores. Assim, a água

e as árvores são elementos que resgatam a imagem do antigo Distrito, elementos representativos que formaram a imagem de Mutum-Paraná na memória deste morador e que são utilizadas para comparar com o novo espaço, os quais fazem da antiga localidade um espaço mais agradável.

Percebe-se que a caixa d'água e as plataformas de ferro se tornaram elementos simbólicos de Mutum e da identidade daquele local.

O rio, a água, como forma de lazer se fazem permanentes e significativos também na fala de Rosilene, que cita em seu discurso o rio como elemento para resgatar momentos agradáveis e afetivos, descritos em sua fala anteriormente. Na fala da entrevistada, a relação com o rio Mutum ativa lembranças da infância no local. No entanto não era o único lazer na localidade:

> As crianças brincavam também à noite, a gente brincava também. O esporte também era forte lá, apesar que a comunidade era pequena, nós gostava muito de jogar bola como até hoje a gente gosta. A gente se reunia para ir pro campo de futebol jogar bola, fazer torneios. Ai tinha também as festas comunitárias. Todo mundo comemorava aniversário de todo mundo. Todos que se conhecia fazia aniversário. As datas comemorativas também a gente participava com o pessoal lá. Que nem o pessoal tinha tradição de fazer festa junina, eles faziam e outras tradições a mais que também a gente tentou trazer para a Nova Mutum. E hoje né, estamos em Nova Mutum sem um banho, sem a plataforma, sem os aniversários, sem os vizinhos. Ficamos longe dos vizinhos. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Em seu depoimento, Rosilene, apresenta uma comunidade mais unida e reforça a falta do elemento água, almejando um Balneário para o seu bem-estar na nova localidade.

Além do lazer, a entrevistada discorre sobre algumas áreas pertencentes ao distrito Mutum Paraná, outros distritos, que eram divididas em urbana e rural. Na área urbana estavam as prestações de serviços como assistência básica de saúde e educação, as casas e alguns pontos comerciais. Fotos: 6, 7 e 8.

Foto 6 - Escola Rural Nossa Senhora de Nazaré dentro do perímetro urbano do Distrito de Mutum Paraná.

Fonte: Arquivo do Observatório de NMP.

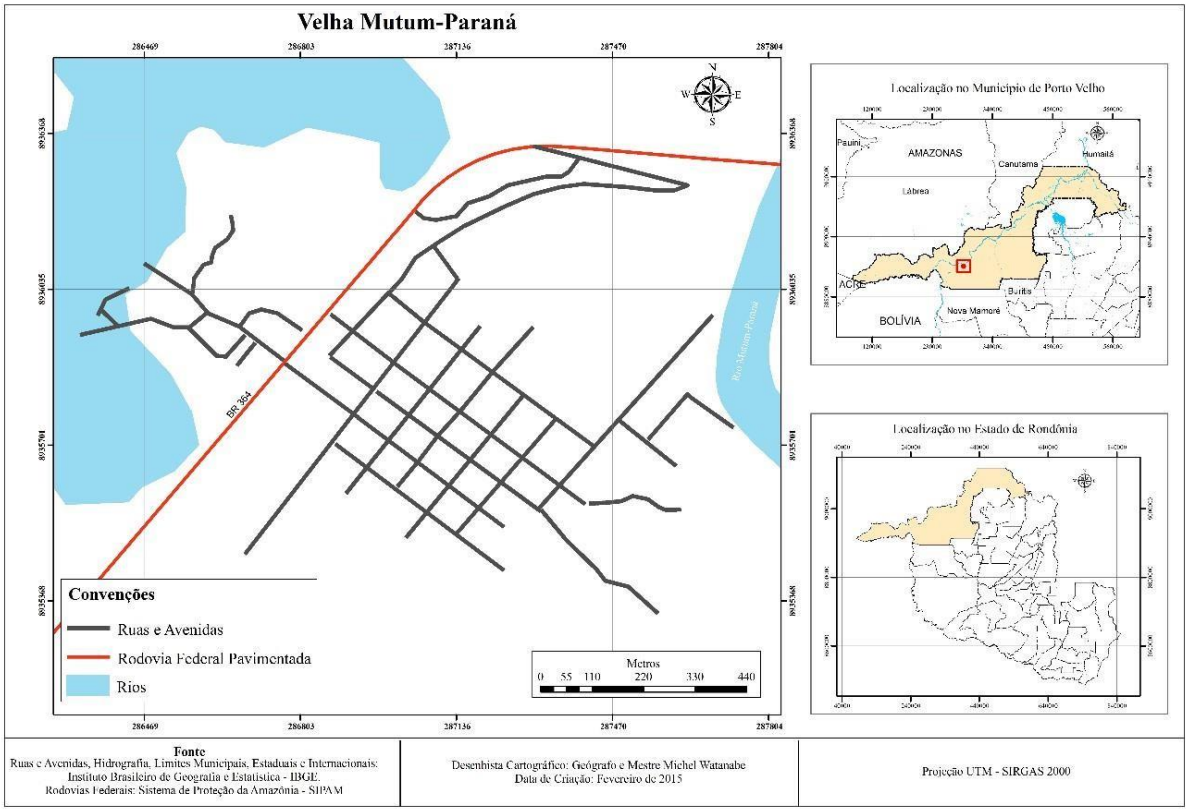
Foto 7 - Prédio compartilhado: Correio e a Delegacia.

Fonte: Arquivo do Observatório de NMP.

Foto 7 - Igreja Católica em Mutum Paraná.

Fonte: Acervo de fotos do Observatório – Museu de Nova Humaitá.

Mapa 1 - Organização espacial do Distrito de Mutum Paraná e o desenho da organização urbana do distrito.



Fonte: Michael Watanabe.

O mapa anterior, apresenta a localização de Mutum-Paraná com sua área de extensão, localização e o desenho de organização. Percebe-se a ocupação territorial entre águas, o que pode ter confundido o senhor Pita, também é possível justificar a falta que o rio fez aos ex-moradores desta localidade, ao mudarem para a nova vila.

Mutum-Paraná foi uma vila ribeirinha que cresceu com a chegada dos garimpeiros e com a construção da BR 364, até se tornar um distrito, no entanto, ela e seus moradores, nunca deixaram o vínculo com o rio. Preservavam suas tradições religiosas, suas festas e costumes, e existiam os que viviam basicamente da pesca, do extrativismo, da agricultura.

Para considerar uma comunidade como ribeirinha, é preciso atentar para diversos fatores ligados à própria existência e sobrevivência desta comunidade.

Josué da Costa Silva, define Comunidade Ribeirinha partindo da definição do Ribeirinho:

> Quando utilizamos o termo “ribeirinho”, não estamos somente nos referindo a quem mora às margens de um rio ou igarapé, mas que essencialmente mantém uma organização social diferenciada da urbana, com sua sobrevivência econômica baseada principalmente na pesca, pequena produção agrícola (caracteristicamente mandioca para produção de farinha, frutos como a melancia, plantada nas várzeas dos rios e plantações perenes como o cupuaçu[11], a pupunha[12] e o açaí[13]), e que pratica a coleta de produtos da mata como a castanha-do-brasil[14], o açaí, a abacaba[15] e o patoá nativos. Assim, fica claro que não é somente o fato de morar às margens de um rio ou igarapé para ser considerado ribeirinho, isto seria uma classificação simplória diante da diversidade da forma de viver da população amazônica (1999, p. 19).

Silva (1999) ressalta que a proximidade com o rio é um fator importante para definir quem é, ou não, ribeirinho, mas não é o único e exclusivo elemento para esta definição:

---

[11] CUPUAÇU: do tupi *kupu’su ‘gupu grande’*, árvore (Theobroma granflorum) grande ou pequena, da família das esterliáceas, cujo fruto tem polpa aromática, doce e comestível, muito usada em sucos e doces.

[12] PUPUNHA: do tupi *pu’puña,* que é uma palmeira (Guilielma speciosa) largamante distribuída na floresta Amazônica que produz frutos amarelos, com polpa fibrosa e de sabor agradável.

[13] AÇAI: derivado do tupi *yasa’i ‘fruta que chora’*, é uma palmeira (Euterpe oleracea) de cujos frutos se faz uma espécie de refresco muito apreciado.

[14] CASTANHA-DO-BRASIL:

[15] ABACABA:

> O ser ribeirinho está caracterizada uma concepção de natureza diferente, por integrar em seu modo de vida os elementos essenciais disponíveis: as águas e as matas e desses elementos, estabelecer suas estratégias de sobrevivência, seus valores éticos e estéticos, seus sonhos... A cultura ribeirinha está caracterizada nas representações míticas do grupo, nas festas de santos (finalizadas pelo forró), nas formas de produzir o sustento, na influência que o calendário agrícola recebe do rio e etc... (SILVA, 1999, p. 23).

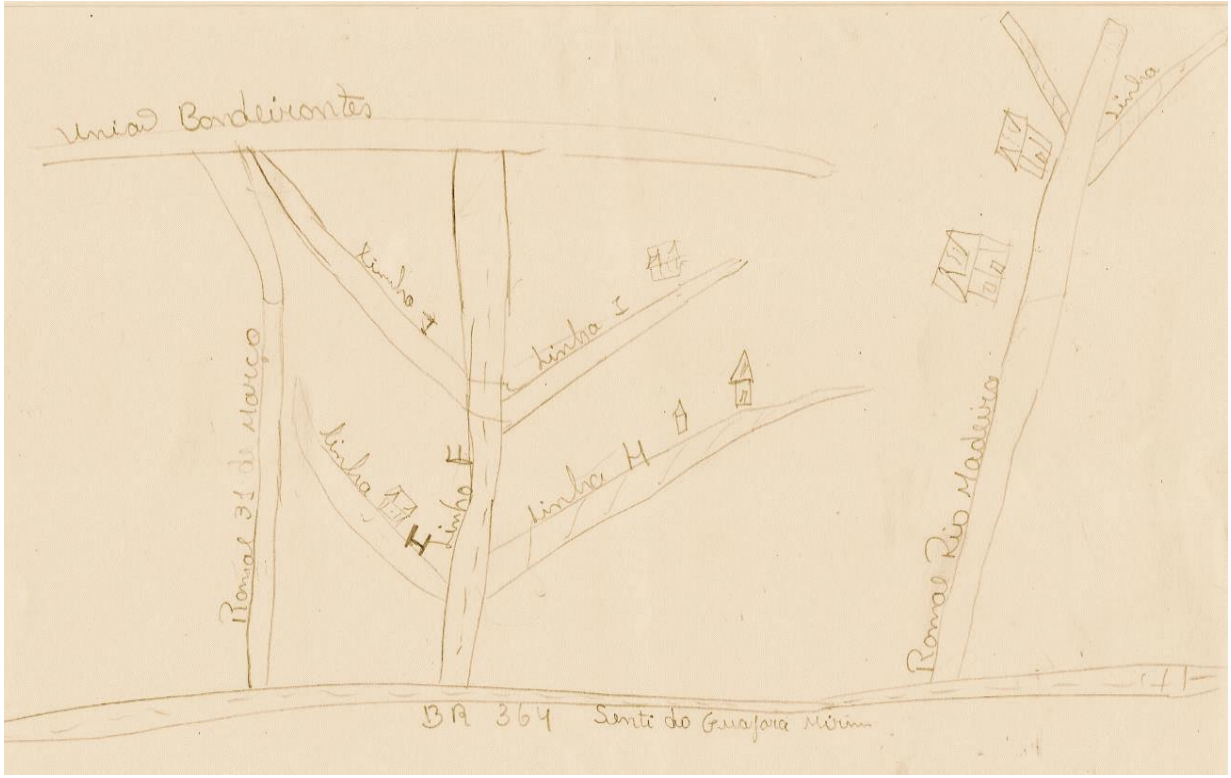
Para o autor, ao observar o modo de vida, influi muito sobre o significado de ser ou não ribeirinho e, acrescenta no decorrer de sua tese, outros traços atenuantes como a forte presença dos índios e dos nordestinos na formação deste grupo, além do caráter conservador, a tradição da cultura oral e a relação do homem com a natureza.

A área rural de Mutum estava dividida em ramais e linhas vicinais e possuía inúmeras propriedades que viviam da agricultura, pecuária e até mesmo do extrativismo, como no mapa mental ilustrado por Rosilene (mapa. 2). As linhas são pequenas vias que estão interligadas a outras por meio de uma principal chamada de ramal. As áreas rurais do distrito de Mutum possuíam inúmeras linhas e ramais ocupados por propriedades das mais variadas, desde pequenos produtores rurais a agricultores e pecuaristas, ou até mesmo madeireiras. As linhas que não só abasteciam Mutum, mas também outras localidades mais distantes, como Porto Velho, não foram todas atingidas pelas águas da barragem.

> Tem gente ainda lá nos ramais. Ramal e linha é assim... Varia de linguagem para linguagem. Tem gente que chama ramal e linha; é uma coisa só. Significa que ali fica pessoas, que ali tem sítio. Ali ele cria gado, porco, galinha. Ali você tem...Você está aqui no ramal Rio Madeira. No começo do ramal Rio Madeira, você tem ali uma serralheria onde dá emprego para quem mora ali. Ali mais à frente você tem as pessoas que cria, que é pequenos produtores que cria galinha, faz farinha. É uma estrada que tem várias...Assim, vou citar outro: PA São Francisco. O PA São Francisco tem uma eixão a que chama... que é a vicinal grande. Ai na Vicinal tem a linha “H” e a linha “I”, a “I” e a “H”. Ai na “I” e na “H” mora quinze famílias, outra mora trinta famílias, outra mora dez famílias. Nela tem tipo uma veia arterial, né? Que tem várias saídas. A mesma coisa a “E”, tem o eixão grande do ramal que chama vicinal. Ai naquele eixão tem várias pessoas que moram ali e todas elas têm seu produto, escoa seu produto. Uns vende queijo como o Trinta e Um de Março, Primavera, Rio Madeira, Ramal do Rependido, Ramal do Brito, tudo pertence a Mutum, todas elas. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Na transcrição anterior, Rosilene descreve o espaço rural, o qual revela elementos que possibilitam perceber o tipo de produção gerada ali, em que pequenos produtores aparecem como parte da economia local, conforme mostra o mapa mental criado pela entrevistada para facilitar o entendimento.

Mapa 2: Mapa mental da zona rural de Mutum Paraná.



Fonte: Rosilene Prestes

As casas, tanto na área rural, quanto na área urbana, eram simples, construídas em madeira (Foto 9 e 10)**.** Não havia em Mutum saneamento básico. As ruas eram de terra. O abastecimento de água era através de poços artesianos, cavados nas casas e comércios. Mas havia uma escola, um posto de saúde, uma rodoviária; muitas árvores frutíferas, um campo de futebol e o rio para os momentos de lazer, o que transformava em um local aprazível, de acordo com a senhora Rosilene:

> Era um local muito calmo, de poucos moradores, mil, mil e... É aproximadamente mil e trezentas pessoas contando com cinco linhas, que chamava ramais, que pessoal dependia de lá... Era uma local que todo mundo assim... se conhecia, todo mundo se via de manhã... Se chegasse alguém diferente lá naquele local a gente já sabia, passasse uma moto ou um carro, a gente já sabia, a gente comentava que aquela pessoa não era dali,

> tinha vindo de fora. E aí morei muito tempo lá, fiz família, tenho família hoje que construí lá. Meus pais também são de lá, muito tempo. E aí quando chegava assim, o que mais lembro e que quando chegava a noite, a calma, todos os vizinhos, todos os jovens poderiam brincar na frente da sua casa sem medo de assalto, medo de roubo. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Foto 9 - Casa dentro do perímetro urbano de Mutum Paraná.

Fonte: Arquivo pessoal de Rosilene Prestes.

Foto 10 - Área urbana de Mutum Paraná.

Fonte: Arquivo Pessoal de Rosilene Prestes.

Conforme fala de Rosilene, ela se refere ao ex-distrito como “a grande família” (fotos 11, 12 e 13), formada por moradores antigos sem a inserção de novos indivíduos, o que facilitava identificar com clareza quem era ou não forasteiro.

Outro atrativo do Distrito estava na prática de esporte, em especial o futebol que envolvia a todos, independentemente do gênero e da idade. Este era um elemento agregador do qual nunca abriram mão, citado pela entrevistada como parte da tradição do antigo Distrito.

> O lazer lá que mais lembra também é o lazer, que os jovens gostavam muito de tomar banho no rio, é... ficar em cima dumas plataformas de trem que era da estrada de ferro Madeira Mamoré. Ali quando era jovem também, criança, cansei de a gente brincar em cima daquelas plataformas e que até hoje ainda existe lá, não foi retirado ainda está lá. As crianças brincava também a noite, a gente brincava também. O esporte também era forte lá, apesar que a comunidade era pequena nós gostava muito de jogar bola como até hoje a gente gosta. A gente se reunia para ir pro campo de futebol jogar bola fazer torneios. Ai tinha também as festas comunitárias. Todo mundo comemorava aniversário de todo mundo. Todos que se conhecia fazia aniversário. As datas comemorativas também a gente participava com o pessoal lá. Que nem o pessoal tinha tradição de fazer festa junina, eles faziam e outras tradições a mais que também a gente tentou trazer para a Nova Mutum. E hoje né, estamos em nova Mutum sem um banho, sem a plataforma, sem os aniversários, sem os vizinhos. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Foto 11 - Aniversário Comunitário em Mutum Paraná.

Fonte: Arquivo pessoal de Rosilene Prestes.

Foto 12 - Dia das Crianças em Mutum Paraná.

Fonte: arquivo pessoal de Rosilene Prestes.

Foto 13 - Dia das Mães em Mutum-Paraná

Fonte: arquivo pessoal de Rosilene Prestes.

Foto14 - Desfile de Sete de Setembro em Mutum Paraná

Fonte: arquivo pessoal de Rosilene Prestes

As fotos acima mostram eventos promovidos em Mutum, os mesmos envolviam toda a comunidade.

A administradora, Senhora Rosilene Prestes revela que a vila possuía uma vida muito diferente da que leva em NMP. Ao ser inserida em um novo espaço, num ambiente diferente do com que estava familiarizada e com o qual havia uma identificação, uma relação de pertencimento, resultou em mudanças abruptas de costumes e de identidade em toda a comunidade, que se pode identificar como identidade de tradução, conforme definido por Stuart Hall (2011).

Das instituições religiosas que atuavam na localidade, Rosilene apontou duas fortes influências, a dos católicos e dos evangélicos, sendo esta a maioria. Este perfil reflete o perfil religioso da região Norte, observado desde o Censo de 2000[16], que já

[17] Informação disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm> Acesso em 01 de julho de 2015.

apresentava predominância evangélica. E estes dois grupos religiosos movimentavam a localidade com suas festas típicas, atualmente é uma das poucas ações que preservam na Nova Mutum, pois envolve não apenas os ex-moradores do Distrito, mas os demais moradores da NMP.

A identidade de Mutum Paraná era composta por características próprias, através dos diferentes ciclos econômicos que geraram renda e desenvolvimento do local, pelas interações humanas, laços familiares e relações de poder entre diferentes grupos, além de sua característica física e cultural modelada ao longo dos seus, quase, trinta anos de existência, mesmo assim a comunidade se dissolveu:

> E as famílias escolheram... umas foram para Jaci Paraná, tem gente de Extrema, União Bandeirante. Então se espalhou, a comunidade de Mutum hoje, urbana, ela bem dizer acabou. Reduzimos em poucas pessoas. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Assim como diz Rosilene, Mutum acabou, a comunidade se diluiu pela região. Não há, atualmente, como evidenciar com precisão a quantidade de ex-moradores em cada localidade nem identificar com certeza todas as áreas que está famílias ocuparam. Bem se sabe que muitos ficaram na Vila de Jirau, localizada entre o antigo Distrito inundado e a Usina de Jirau, outros em Jaci Paraná e Porto Velho, e outros “ganharam o mundo”.

2.2 - NOVA MUTUM PARANÁ: UMA COMPANY TOWN OU UMA VILA DE REASSENTADOS, UM NOVO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nova Mutum Paraná nasce como resposta ao problema de remanejamento das famílias do antigo distrito de Mutum-Paraná, conforme consta no site da ESBR[17] a respeito da nova área urbana construída:

> Projeto urbanístico construído pela Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) e entregue em janeiro de 2011 à administração da Prefeitura Municipal de Porto Velho, possui 1.600 casas em uma área total maior que

[17] http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/sustentabilidade#responsabilidade-social

> dois milhões de metros quadrados e capacidade para receber até seis mil habitantes.
>
> Localizada na BR-364, a 120 Km da capital rondoniense, Nova Mutum Paraná oferece perspectivas de melhoria na qualidade de vida com total infraestrutura: ruas asfaltadas, escolas de ensino fundamental e médio, creche, posto de saúde, Centro Distrital Administrativo, Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP - Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros), sinal para telefonia celular e internet 3G, saneamento básico, coleta seletiva de lixo, energia elétrica, áreas de lazer e paisagismo, clube recreativo, além de centro comercial, rodoviária, entre outras comodidades, como o comércio local e feira livre.
> O principal objetivo da construção de Nova Mutum Paraná foi atender ao Programa de Remanejamento das Populações Atingidas, recebendo os antigos moradores do distrito de Mutum Paraná e de áreas rurais localizadas no entorno do reservatório da UHE Jirau, que optaram pelo Reassentamento Urbano ou Rural Coletivo. As outras modalidades de remanejamento foram carta de crédito ou indenização. Atualmente, Nova Mutum Paraná também abriga parte dos profissionais que trabalham na Hidrelétrica. (www.energiasustentaveldobrasil)

Através da descrição acima, fica evidente que a vila foi criada para os remanejados, assim como, também, para habitação funcionários da empresa.

A vila Nova Mutum Paraná (NMP), pouco se assemelha ao antigo Distrito de Mutum Paraná, tendo no distanciamento do rio e na estrutura urbana suas maiores diferenças. Em Nova Mutum Paraná, após o processo de remanejo, as famílias que aceitaram a proposta de ir para tal localidade se depararam com uma estrutura urbana inaugurada às pressas, sem escola devidamente instalada, sem quadras, sem praças, e com apenas alguns comércios que ofereciam produtos com preços elevados, para o nível econômico destas famílias. Estas estruturas que faltaram, faziam parte das exigências feitas pelos moradores que aceitaram mudar para a nova localidade.

A inauguração da NMP aconteceu no dia dezenove de janeiro de dois mil e onze, com a área de dois milhões de metros quadrados e 1.600 casas e a promessa de ser o futuro Polo Industrial de Porto Velho, preparado para instalar 26 novas indústrias. Vista como um grande empreendimento para o desenvolvimento local.

A construção da Nova Mutum foi concebida pela Consórcio Energia Sustentável do Brasil-ESBR, formado por Eletrobrás Eletrosul (20%), Eletrobrás Chesf (20%), Camargo Corrêa (9,9%) e GDF Suez Energy (50,1%), sendo a última majoritária do grupo empreendedor. A ESBR (2010-2011), concessionária responsável pela construção e manutenção da Usina Hidrelétrica Jirau, teve como principal objetivo, realocar os moradores da antigo Distrito de Mutum Paraná, situado na área que foi atingida pela formação do lago do reservatório da UHE Jirau.

Foto 15 - O Antigo Distrito de Mutum Paraná e uma simulação de como ficaria após a cheia do reservatório.

Fonte: http://confins.revues.org/6924, 2015.

A NMP, seria o novo espaço para que os moradores do DMP pudessem prosseguir com suas vidas e seus costumes, no entanto apenas uma pequena parcela aceitou mudar para a nova área, e isto ocorreu por serem funcionários da empresa ou prestadores de serviço.

Devido à força política da empresa, a NMP se caracteriza, apenas, como uma vila dormitório, para acomodar os funcionários da Usina, uma *Company Town* e não uma vila de reassentados, onde as características daquela comunidade atingida fossem resgatadas. Não houve preocupação com a sede do DNM nem em preservar os hábitos daquela localidade. A única preocupação era em desocupar o local onde seria construída a barragem e atender à exigência de instalar estas famílias em uma outra localidade.

A localidade escolhida para a implantação do projeto urbano não contemplou a consulta pública feita por FURNAS, na qual os moradores do antigo Distrito apontaram para a Vila de Jirau como local para a implantação do projeto. Fato ignorado ao construírem a nova vila, conforme se percebe no mapa a seguir (mapa 3).

A nova localidade diminuiu os custos com transporte para os funcionários da usina, facilitou o abastecimento de mercadorias devido à proximidade com Jaci Paraná e possibilitou a transferência da responsabilidade administrativa da vila para Jirau, após o fim da construção da Usina. Em contrapartida, Jirau, no próximo Censo do IBGE, terá sua taxa populacional urbana elevada, proporcionando ao distrito uma parcela maior de recursos.

Mapa 3 – As distâncias. Mutum Paraná (A), Vila de Jirau (B), Nova Mutum Paraná (C), Usina Hidrelétrica de Jirau (D) e Jaci Paraná (E).

Fonte: Google Mapa

A nova área não atendeu aos anseios da população:

> De fato, para os pescadores, a área do conjunto habitacional é muito distante do rio, o que dificulta seu exercício profissional pela dificuldade no deslocamento diário com as tralhas de pesca e o produto obtido. Há um grande temor de que quando ocorrer o barramento do rio a pesca se reduza fortemente, como ocorreu em outros rios. Para os agricultores a reclamação é quanto ao deslocamento para áreas diversas daquelas em que as comunidades possuíam experiência de plantio na várzea do rio ou em áreas de "terra preta". Os moradores removidos para o conjunto habitacional denominado Mutum-Paraná reclamam da má qualidade da construção das moradias, que mesmo tendo sido entregues há menos de 1(um) ano já apresentam rachaduras.. As vias públicas construídas são de péssima qualidade, vez que menos de um ano após sua entrega já existem muitos "buracos" e deformações. (Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente Plataforma Dhesca Brasil, 2011).

Na citação certifica, percebe-se a inconformidade com a nova localidade, afinal, a mesma não prestigiou as necessidades da comunidade, o que levou à pequena taxa de 25% da população do DMP a mudar para NMP.

Mesmo desagradando aos moradores a vila foi construída. A organização espacial, sua estrutura e sua localização podem ser identificadas no mapa 03.

A infraestrutura urbana, as casas padronizadas, a localização facilitando a logística para os funcionários da usina, ressaltam as características que a definem como uma *Company Town*.

Realmente a nominação “Vila” para Nova Mutum Paraná parece ser mais adequada, devido a inúmeras caraterísticas que a definem. C*ompany Town* é o termo usado para definir as vilas temporárias, criadas para abrigar funcionários durante o tempo de atuação da empresa no local.

A Nova Mutum Paraná se encaixa nas definições acima, o que reforça a teoria de que esta nova localidade não possibilitava, em nenhum aspecto, o resgate de identidades das famílias que escolheram ir para a Nova Mutum, pois estas *Company Towns* não têm como finalidade recriar as características afetivas, sociais e culturais de territórios como o antigo e extinto, Mutum Paraná.

Assim, a Vila de Nova Mutum Paraná é identificada como uma *Company Town Semiaberta* devido a sua mescla de indivíduos, funcionários diretos e indiretos das empresas e, dentre estes habitantes, há os que são donos de seus lotes, como é o caso dos ex-moradores de Mutum Paraná.

> Ai, hoje só sabe viver aqui quem é funcionário da Camargo ou terceirizado, né? E, é uma minoria da serralheria e um pouquinho de funcionário público, da prefeitura, é pouquinho, bem pouquinho. (ROSILENE, entrevista, 2014)

A vila de Nova Mutum Paraná possui, em seu desenho estrutural, caraterísticas que a assemelham a outras vilas construídas por grandes projetos de mineração ou usinas, para abrigar e facilitar a logística de seus funcionários ou prestadores de serviço.

Perreira, Silva e Ferreira ao descreverem a Vila Permanente da ELETRONORTE, em Tucuruí, estão descrevendo simultaneamente a Nova Mutum Paraná, tamanha a semelhança de características presentes nestas cidades construídas para atender às necessidades urbanísticas das empresas, assim são as *Company Towns.* Está é mais uma evidência da real função da vila de NMP. A seguir, pode-se observar a disposição das casas na vila (Foto 16), e os modelos oferecidos (Figs. 17, 18 e 19).

Foto 16 – As casas com quintal estilo “americano”.

Fonte: Márcia Barroso, 2014.

Foto 17 - Modelo 1: casa de dois quartos

Fonte: Márcia Barroso, 2014.

Foto 18 - Modelo 2: Casa de dois quartos.

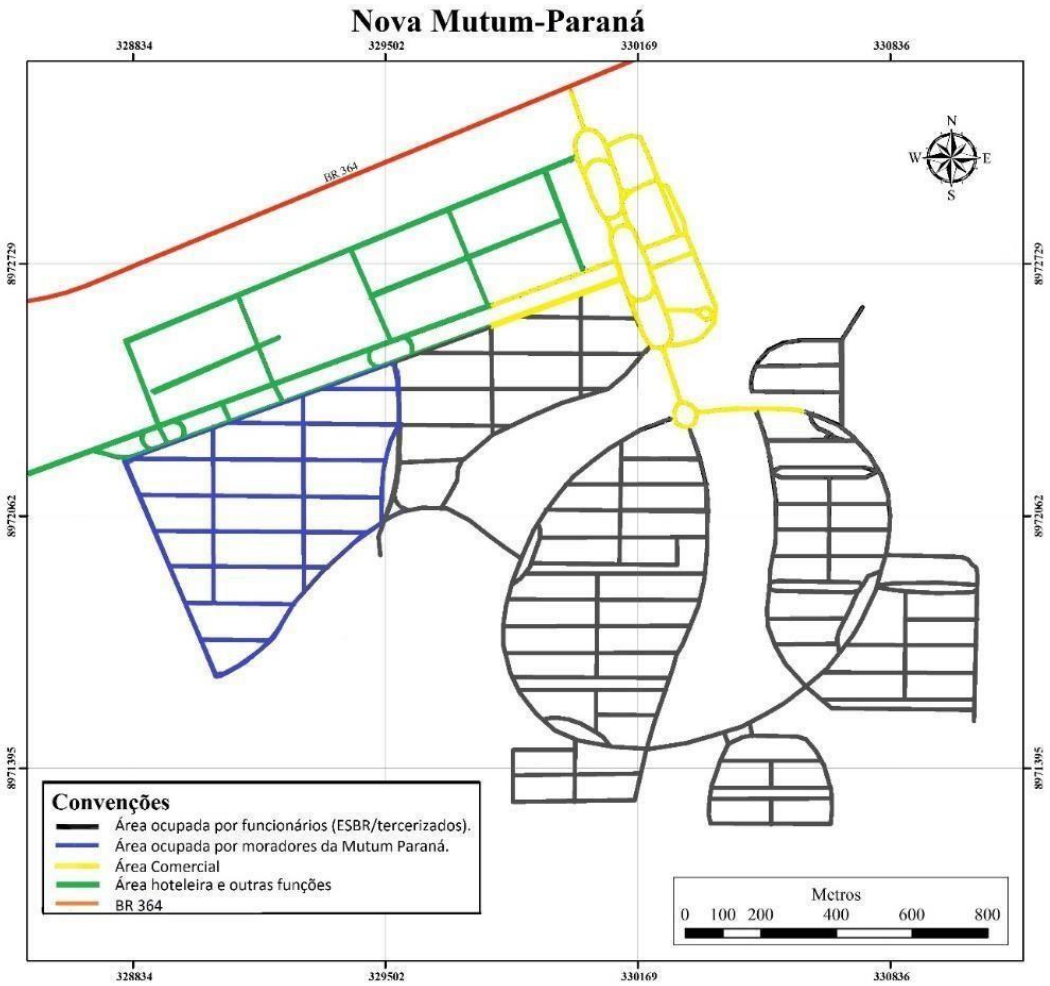
Fonte: Márcia Barroso, 2014.

Foto 19. Modelo 3: Casa de 3 quartos. Este foi o modelo entregue aos ex-moradores de Mutum-Paraná.

Fonte: Márcia Barroso, 2014

A organização das famílias no desenho da cidade também contribui para fazer de Nova Mutrum Paraná :

Mapa 4: Como está configurada a ocupação da Nova Mutum Paraná



(Márcia Barroso; 2015)

No mapa acima é possível ver a ocupação da vila que separa consideravelmente reassentados de funcionários; tal que os funcionários ocupam a maior parte do desenho, restando aos reassentados uma pequena área no lado esquerdo do Mapa.

2.3 - RESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DESENVOLVIMENTO: COMPREENDENDO O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO DISTRITO DE MUTUM PARANÁ

A mudança das famílias para o novo espaço ocorreu mediante inúmeras acusações de desrespeito para com as famílias, o próprio Ministério Público (MP) denunciou em 2010 os diversos absurdos cometidos:

> Direitos fundamentais como saúde, educação, segurança e moradia digna estão sendo desrespeitados pelo poder público e pela empresa construtora da usina hidrelétrica de Jirau. Isso é o que afirmam os Ministérios Públicos Federal e Estadual de Rondônia, que ingressaram na Justiça Federal com uma ação civil pública contra a União, o Ibama, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), consórcio ESBR (Energia Sustentável do Brasil S/A), Prefeitura de Porto Velho e Governo de Rondônia. (...) Em Mutum Paraná, a iluminação pública foi retirada, porém a taxa de contribuição continua a ser cobrada na conta de luz dos moradores. A ESBR e a Eletrobrás Distribuição Rondônia (antiga Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron) negam que tenham retirado a iluminação pública e até o momento não se sabe quem o fez. Sem luz nas ruas à noite, os moradores reclamam da falta de segurança agravada pelo pouco policiamento - apenas dois policiais militares – e aumento da criminalidade, em especial, roubos e vandalismo.
> Um morador afirmou ao MP que "a Energia Sustentável do Brasil está intimidando a população a aceitar as propostas oferecidas pelo consórcio ao dizer que vão retirar o gerador de energia, transferir o posto de saúde e a escola, além de retirar o policiamento".
> **Saúde** - A única unidade de saúde ainda existente em Mutum Paraná não pode receber pacientes porque os servidores que ali prestam serviços estão morando dentro da própria unidade de saúde, na enfermaria. Alguns desses servidores já possuem residências em Nova Mutum, mas, como o posto de saúde de nova vila ainda não foi concluído, os profissionais são obrigados a permanecerem dentro do próprio estabelecimento ambulatorial.(...)
> **Educação** - A única escola mantida pela prefeitura foi desativada e transferida para Nova Mutum, obrigando crianças e adolescentes de Mutum Paraná a percorrerem diariamente 120 quilômetros (percurso de ida e volta). Como a estrada está sendo consertada e os ônibus escolares disponibilizados pela ESBR não têm cintos de segurança, alguns pais não estão permitindo que seus filhos frequentem a escola.(...) (Fonte: www.

Mesmo com a denúncia no Ministério Público, as famílias foram remanejadas à força. O laço empregatício foi o principal motivo que atraiu as famílias Mutunienses, que hoje estão na Nova Mutum Paraná, no entanto o processo foi dolorido e mediante grande pressão emocional feita pela empresa:

> Ai a primeira coisa que eles fizeram, sabe o que foi? Trazer os alunos, desativar a escola para pegar o ponto fraco dos pais. O ponto fraco foi a escola, porque estas meninas minha saiam de lá...Vocês estudavam de

> manhã, não era? Ou era da tarde? As que estudava de manhã saiam seis hora da manhã e chegavam uma hora duas em casa. As que estudavam a tarde chegavam meia noite, uma hora em casa. Entendeu? Ai o ônibus trazia até aqui. Quem morava lá ficou assim, indo e vindo com isso, fica que você tem que mudar, trazer seus filhos para a escola, você vai ficar nisso? Ficou nessa pressão, nessa pressão, que foi que todo mundo foi mudando prá cá por causa da escola, ai pronto...Acabou que, não foi feito tudo.(Pita, João Pedro da Silva , entrevista em 2014)

No entanto, as famílias que aceitaram a casa em NMP, só o fizeram devido a laços empregatícios de forma direta, ou indireta, com a empresa construtora de Jirau, reforçando o poder da empresa sobre estas famílias. Alguns se tornaram empregados da Usina, outros prestadores de serviços terceirizados e outros vieram como funcionários públicos que atuavam dentro do novo empreendimento. Assim o novo território trouxe conflitos decorrentes de ações contingenciais que pouco apresentavam uma lógica de planejamento do espaço e do território e, que buscassem o equilíbrio das relações de poder, pois não resgatavam as características do antigo Distrito, mas visavam a atender um grupo inserido temporariamente em função da empresa.

No novo Território, o distrito de Nova Mutum, prevalece o poder político da Empresa e outros poderes, como o da Prefeitura de Jaci, capazes de impor as necessidades do seu grupo utilizando um outro grupo, dos Moradores do Distrito de Mutum-Paraná, como justificativa para implantar suas necessidades.

O Ministério Público (MP) já apontava os problemas do processo de realocação das famílias de Mutum Paraná.

> Segundo os MPs, pela “pressa” em realocar as famílias, o consórcio mudou diversas famílias para a Nova Mutum sem completar a infraestrutura necessária. A vila não tem serviços públicos básicos em funcionamento, como posto de saúde, áreas de lazer (praças), comércios, terminal rodoviário, posto de policiamento fixo e permanente. Na localidade, a estrutura comercial ainda não está efetivamente construída. As famílias que sobreviviam de pequenos comércios (bares, na maioria) estão sendo obrigadas a improvisarem os estabelecimentos em suas próprias casas. Aliado a isto, o consumo de bebidas alcoólicas por moradores da vila e trabalhadores da usina, incluindo-se menores de idade, tem agravado a prostituição, inclusive infantil, naquele local. Segundo os MPs, o terminal de ônibus prometido pela ESBR não está concluído e quem precisa do transporte coletivo tem que se deslocar até a BR-364, gerando riscos para idosos, portadores de necessidades especiais e crianças. “Se há urgência na remoção das famílias da área a ser atingida pela construção da usina, o ônus deve recair sobre a construtora e nunca contra os afetados pelo empreendimento”, argumentam os MPs. (Procuradoria Geral da República).

A escola foi criada abruptamente, para - conforme relata Rosilene Prestes, administradora de Nova Mutum - obrigar as famílias a mudarem para o novo empreendimento, já que a cada turno as crianças eram obrigadas a fazer viagens muito longas para a escola, saindo de madrugada e chegando tarde da noite. Em função da segurança dos filhos muitas famílias se viram obrigadas a mudar o quanto antes para a Nova Mutum, a fim de manter seus filhos seguros e estudando.

A empresa por sua vez, a cada licença concedida, fortalecia o seu poder de decisão sobre o destino dos moradores do antigo Distrito de Mutum Paraná. As ações se resumiram em três propostas de ressarcimento: a Carta de Crédito; a aquisição de um outro imóvel em uma outra localidade por um valor igual ao do imóvel na antiga Mutum, o qual foi avaliado pela própria empresa; ou aceitar uma das casas que seriam construídas no novo empreendimento, a Nova Mutum Paraná, também conhecida como Nova Mutum ou Vila de Nova Mutum.

> Acabou que, não foi feito tudo. Nós chegamos para cá e tinha calçada por fazer, quadra por fazer, a escola para terminar, tava tudo ainda em construção. Prá dizer que estava aqui tudo bonitinho, é mentira, tava tudo por terminar. Isso prova que tem um jornalzinho aqui que nós já tava aqui morando há quase um ano e eles estavam ainda fazendo as quadras de esporte ainda. Sendo que eles viram que naquela localidade onde a gente morava o único lazer que a gente tinha era aquilo ali, tem foto, tem prova que era aquilo ali. (ROSILENE, entrevista, 2014).

> Aí chegou essa hidrelétrica, prometendo mundos e fundos lá para nós, lá, fomos enxotados que nem cachorro de lá, até pelo prefeito Roberto Sobrinho, A ESBR enganou nós. Mandou nós vir para essa escola aqui e não tinha nem água, não tinha nada e nós viemos embora. (Pita, João Pedro da Silva, entrevista, 2014).

Ao chegarem à nova morada os moradores se depararam com alguns problemas, algumas casas com defeito de construção, conforme relatou Rosilene: “Eu tive sorte, na minha casa eu não tive problema, não tive infiltração, mas tem casa ai que tem infiltração até hoje, tem vaso que estoura, a minha não. Graças a Deus!”.

As empresas envolvidas e os órgãos públicos, estruturas que envolvem as relações de poder dentro do processo de desocupação de Mutum-Paraná não se preocuparam em entender nem a buscar meios que preservassem o Distrito e as relações existentes naquele território, deixando assim, um destino indefinido, a falta de um espaço próprio.

Com a pressa de cumprir prazos contratuais, a Empresa entregou a vila com inúmeras pendências a serem resolvidas. Algumas obras não haviam sido iniciadas, como as quadras de esporte e as praças, estas até hoje não foram concluídas. A vila ainda estava em processo de construção e faltava principalmente espaços para a prática de esporte e lazer, uma das principais perdas, pois estas famílias estavam acostumadas aos fins de semana ir ao rio para se distrair, logo sentiram o primeiro impacto que a nova estrutura urbana causaria em seus hábitos.

A Empresa não contemplou exigências simples feitas pelos moradores, como a transferência da antiga caixa d'água exatamente como estava no antigo Distrito. Ela realmente foi levada para a NMP, sendo fixada na lateral do Museu Local, sem grande destaque e sobre uma estrutura de madeira que não guarda semelhanças com o local original.

Foto 20 - Fotos comparativas da caixa D'água em Mutum-Paraná e a mesma em Nova Mutum Paraná.

Fonte: Observátório de NMP e Márcia Barroso, 2015.

Para tentar amenizar as perdas, depois de muitas reuniões entre representantes dos moradores, a empresa ESBR ofereceu algumas compensações: bolsa de estudo para filhos dos moradores até completarem 18 anos, a implantação de uma nova escola, a escola particular Einstein; autorização para a implantação de

uma feira livre, aos finais de semana, e a liberação ao acesso ao clube dos funcionários da empresa.

> Só duas filhas minhas tiveram o direito à bolsa de estudo na escola particular, só duas, até porque as outras já terminou. Por causa da faixa etária, de dois, quatro anos até o terceiro ano se não concluiu o terceiro não tem idade. É ... até concluir o terceiro ano, só! Eles tão falando assim para a gente, que vai chegar um pessoal. O pessoal que vai vir morar aqui, de vinte a trinta anos que vai ficar aqui, que vai virá Mutum, terão o mesmo direito que nós. E só vai ter direito aquela família que se comprometer ficar aqui. As geração que terão direito à bolsa de estudo mesmo; os demais tem que pagar. A bolsa paga uniforme, lanche e transporte. Nós que fomos remanejados demorou dois anos. Não...uns três anos para ganhar essa bolsa. Assim a bolsa saiu para quem foi remanejado e mora hoje aqui em Mutum, ou que tenha condição de ficar aqui, saiu para todos os remanejados, mas nem todo remanejado mora aqui. Entendeu? (ROSILENE, entrevista, 2014).

O clube, a princípio, foi criado para beneficiar apenas os funcionários da usina, para proporcionar a eles qualidade de vida. No entanto, devido à pressão dos ex-moradores de Mutum, a empresa liberou que eles pudessem se associar ao clube (Foto 17).

> Não é toda família que vai naquele clube. Ele foi criado para os funcionários da empresa, não para a gente. Assim, eu não estou criticando, mas a característica deles é bem diferente da nossa, a nossa aqui é outra. A nossa toma banho no igarapé, toma banho no rio, e eles não, eles tomam banho na piscina. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Assim, conforme se vê no relato acima, os moradores buscam se adaptar ao novo estilo de vida a eles oferecidos. Através de constantes reuniões com representantes da Empresa, eles vêm conquistando novos ajustes na vila, para aumentar a qualidade de vida deles e, ajustar o local aos seus costumes.

> Fomos se adaptando, conversando com os moradores para a gente poder termos uma Mutum melhor ainda do que é. Porque a gente espera dessa Mutum aqui um lugar sustentável, que venham nossos filhos e nossos netos, que ele venha ficar mais tempo aqui, venha permanecer aqui para que também não acabe, para que não fique só na lembrança. Porque nós tem que cuidar desta cidade melhor, porque aqui tem mais trabalho. Eu como responsável da limpeza, aqui do trabalho na administração, eu reconheço que aqui precisa muito, tem que trabalhar muito, tem que ter sustentabilidade neste local, porque ainda nós não temos ainda. A Empresa ainda está aqui e nós temos que lutar ainda muito com este local para ficar sustentável, para ter uma indústria para o jovem trabalhar. (...) E estamos aí esperando as autoridades para que venhamos ter aí um Mutum melhor e sustentável. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Foto 21 - Clube da Vila de Nova Mutum Paraná

Fonte: Rondônia ao Vivo.[18]

Apesar de a nova Vila não proporcionar a preservação dos Valores Culturais e costumes dos remanejados, eles estão dispostos a fazer desta Vila um lugar para criarem filhos e netos. É possível ver no discurso de Rosilene que Nova Mutum também trouxe a eles algumas vantagens: a) oportunidade de emprego; b) proximidade de Jaci, o que facilita o acesso a alguns serviços que não têm na vila; c) as ruas asfaltadas; d) o saneamento básico; e) oportunidade de estudo a seus filhos em escola particular – os filhos e as filhas de muitos dos assentados estudam no Colégio Einstein.

[18] http://www.rondoniaovivo.com/noticias/esbr-entrega-clube-em-novamutumparana/101156#.VT_3EUe5fug

Foto 22- Escola Municipal de Nova Mutum Paraná.

Fonte: Márcia Barroso

Foto 23: Igreja Católica em Nova Mutum Paraná.

Fonte: Márcia Barroso

Foto 24 - Centro Comercial com Bradesco, lanchonete e lojinhas.

Fonte: Márcia Barroso.

Foto 25 - Área comercial com supermercados, posto de saúde, rodoviária, igreja evangélica e pequenos comércios.

Fonte: Márcia Barroso

As fotos anteriores mostram alguns lugares de Nova Mutum Paraná, com estruturas esteticamente bonitas e dispostas no espaço de forma organizadas, diferente do antigo distrito.

O distrito de Mutum-Paraná não possuía grande significado econômico para a região, o que pode ter motivado a falta de atenção para a sua preservação. Não houve preocupação em recriar um espaço de fato e de direito que oferecesse condições ao Distrito e a seus moradores de fixarem e darem andamento ao seu desenvolvimento, onde fossem respeitadas as suas características demográficas, culturais, suas necessidades de estruturas econômicas e sociais, rompendo com o seu processo de crescimento e a preservação deste território.

O incentivo financeiro foi direcionado à promessa de desenvolvimento local mediante a criação do polo industrial de NMP, mais atrativo ao Estado do que a preservação de um distrito sem grandes expressões econômicas, um sacrifício em função de um bem maior, a geração de energia e o desenvolvimento local.

A falta de planejamento da gestão pública, mediante os inúmeros problemas e promessas não cumpridas, como o promissor polo industrial de NMP que contribuiria para desenvolvimento local, ofertando empregos à população resultou em uma grande preocupação para o futuro das famílias e jovens que ali residem.

> Quando cheguei aqui, aqueles movimentos do pessoal de Mutum, o pessoal de Mutum falava que viriam novas fábricas quando tivesse gerando energia em potência, e até hoje em 2015 nada das novas fábricas, pelo menos começar a construção, até agora nada. As pessoas que vivem da geração de renda da cidade vão sair, professor, qualquer tipo de funcionário. Pelo menos para começar a construção, nem isso e isso vai acarretar no comercio e qualquer tipo de funcionário, para taxista, para ônibus. Ai essa cidade construída como gasto de dinheiro público, governo federal e dinheiro nosso se tornar numa cidade fantasma com um tanto que foi envolvido nessa construção: constrói ou não constrói. (José Socorro Silva de Souza, entrevistado, 2015).

> Eis a questão. Quem vai empregar os que já estão empregados, quem vai receber esse pessoal, vai ficar ai? Vai deixar outra? Vai ter outro tipo de serviço? Eu espero que tenha (...). Nós não tem, assim...Se agente falar que eles falarem que vai ficar aqui, assim..., a única certeza que tenho, certeza entre aspas é a Tarefame que vai ficar ai, aquela empresa do outro lado que vai ficar ai em tempo indeterminado, que eu sei. (ROSILENE, entrevista, 2014).

Atualmente, além das dificuldades que foram enfrentadas, os moradores estão diante de um novo impasse. Com o fim da primeira etapa de construção da UHE de

Jirau, muitos dos funcionários da empresa foram embora e a Vila passa pelo problema de esvaziamento, com inúmeras casas desocupadas e aumento de furtos e roubos às residências. Durante a entrevista, em 2014, Rosilene já falava da sua preocupação com o local após a saída dos funcionários, que sempre foram a maioria em NMP:

> Mas nós somos a minoria e se eles forem embora a gente vai ter que correr para uma empresa aí ganhar pouco, porque nós somos a minoria mesmo. Ou correr para Jaci, mas Jaci também não tem estabilidade, vai correr para onde? Eu consigo viver aqui tranquila para o resto da vida, porque ele é do estado e é para o resto da vida, ou vivo ou morto ainda ganha, e eu também. Mas e os outros? (ROSILENE, entrevista, 2014).

A incerteza hoje é um fato que ainda espera novos atores que deverão ocupar as casas dos funcionários que deixaram o local, mas antes disso, a vida destes ex-moradores de Mutum Paraná passa por mais uma incerteza: O que será da Nova Mutum sem a renda principal de suas famílias?

> Eles tão falando assim para a gente, que vai chegar um pessoal, o pessoal que vai vir morar aqui, de vinte a trinta anos que vai ficar aqui, que vai virá Mutum. Terão o mesmo direito que nós. (ROSILENE, entrevista, 2014).

No entanto, a Nova Mutum Paraná nunca será o “novo” Distrito de Mutum Paraná, pelo simples fato de ter sido construída dentro da área territorial pertencente a outro Distrito, o de Jaci Paraná, conforme relatou Luiz Cleyton, funcionário do IBGE:

> Só enfatizando, Nova Mutum Paraná não é distrito, ela é uma área urbana isolada dentro do distrito de Jaci Paraná, criada por lei. Para a criação do perímetro urbano de Nova Mutum, existe a lei de criação do perímetro urbano. Isso é fato, isso já existe e está formalizado; mas ela não é a sede de Mutum Paraná. Os antigos moradores podem até reivindicar a sede na Nova Mutum Paraná, mas não vão conseguir, é inviável logisticamente, politicamente, administrativamente, é inviável a sede de Mutum Paraná ser onde hoje é a Nova Mutum Paraná. Porque ela está muito próxima da sede do distrito de Jaci Paraná e territorialmente causaria um problema de planejamento para Jaci Paraná, que perderia um território muito grande para Mutum Paraná e realmente estão muito próximos. Isso já foi decidido, não vai ser a sede lá, já foi decidido. (Luiz Cleyton, entrevistado, 2014).

Outro documento que afirma a impossibilidade da NMP ser a sede do antigo Distrito é o trecho da ata da terceira reunião ordinária sobre a fase preparatória da coleta de dados realizada pela Comissão Municipal de Geografia e Estatística, no dia

2 de Junho de 2010, às 09:00, no SDI da Unidade Estadual do IBGE, do município, Porto Velho, Estado RO:

> 2.3 Com esta nova versão dos limites municipais ou intramunicipais as discordâncias foram resolvidas?
>
> Sim e foi sanada nesta reunião. Explicitar:
>
> Não existem questionamentos sobre limites inter e intramunicipais, somente a curiosidade do sr. João Mendes sobre como ficará a sede de Nova Mutum, para onde irão os moradores da sede do distrito de Mutum-
>
> Paraná. Foi explicado que esta nova sede está dentro do distrito de Jaci Paraná e que os moradores de Nova Mutum serão contados para o distrito de Jaci Paraná.
>
> O IBGE coloca-se, mais uma vez, a disposição da prefeitura para apoio técnico na divisão e atualização do plano diretor.
>
> 2.4 Há discordância quanto a subordinação de localidades/aglomerados próximos a linhas limítrofes?
>
> Sim e foi esclarecida na própria reunião. Explicitar:
>
> João Mendes/SEMDES - sobre como ficará a sede de Nova Mutum, para onde irão os moradores da sede do distrito de Mutum-Paraná atingidos pela barragem de Jirau. Foi explicado que esta nova sede está dentro do distrito de Jacy-Paraná e que os moradores de Nova Mutum serão contados para o distrito de Jacy-Paraná, pois a prefeitura não atualizou a informação (legislação municipal) dos distritos.
>
> Solução adotada:
>
> O IBGE coloca-se, mais uma vez, a disposição da prefeitura para apoio técnico na divisão e atualização do plano diretor, para o planejamento da área.

O fato de Nova Mutum Paraná encontrar-se dentro da área territorial de Jaci Paraná, impossibilita o status de sede do Distrito inundado, pois legalmente os distritos possuem áreas físicas e político-administrativas distintas, sendo ilegal um distrito existir dentro do território do outro.

Assim, a Nova Mutum Paraná passa a ser área urbana de Jaci Paraná, e a população será contabilizada, no próximo Censo Demográfico, pertencente ao Distrito de Jaci Paraná.

Para Jaci Paraná os benefícios serão a longo prazo, tendo em vista que após o novo Censo Demográfico, o Distrito contará com a nova área urbana, NMP, gerando uma maior arrecadação tributária e possibilitando maiores recursos para a sua gestão.

Assim, antes do próximo Censo Demográfico, já em 2015, a Vila NMP é considerada parte de Jaci, entregue pela ESBR à responsabilidade administrativa da

Prefeitura de Jaci Paraná, sendo a empresa apenas uma colaboradora na manutenção da “vila”[19], tendo em vista a dificuldade do Distrito em mantê-la.

Mesmo inundado pelas águas, o Distrito de Mutum Paraná infelizmente ainda está com sua sede registrada no mesmo local de origem, ou seja, debaixo das águas da barragem. Para este Distrito é ruim, pois corre o risco de perder não apenas os recursos do governo, mas sendo um distrito com zero habitantes corre o risco de não mais existir, se não for designado a ele um território próprio.

> O que a gente adianta é que se até o próximo censo demográfico isso não tiver sido resolvido, estas questões territoriais, eles irão ficar com os dados atualizados, mas com dados incoerentes. Não é nem incoerente, mas uma situação que leva a sede de Mutum Paraná ficar com zero de população. E isso, para fins de planejamento, é altamente incoerente, até mesmo atrapalharia muito a questão de planejamento e direcionamento de recursos para a região. Como é que tu vai solicitar recurso para uma sede de distrito que tem zero de população? Quem libera o recurso, quem analisa o pedido de recurso, ele verifica os dados do IBGE sobre aquela região. Então vai ter esse tipo de problema para o gestor público e a gente tem chamado a atenção, a gente tem chamado a secretaria de planejamento atenção sobre isso e até agora não obtivemos nenhum tipo de resposta efetiva deles. (Luiz Cleyton funcionário do IBGE, entrevistado, 2014).

Além dos problemas citados pelo funcionário do IBGE, o fim do Distrito de Mutum Paraná “morre” em função da criação da UHE de Jirau para ampliar a geração de energia para sustentar o país que talvez nunca saiba da história e das emoções vividas naquele território.

[19] Apesar de os moradores da região a chamarem de vila, esta é área urbana de um determinado Distrito, motivo pelo qual a palavra vila se encontra entre aspas.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar se houve efetivamente ações legítimas para que a Nova Mutum Paraná se desenvolvesse como Distrito, preservando suas características demográficas e não se tornando mais uma *Company Town* na Amazônia, onde os documentos analisados não indicam a nenhum momento preocupação com a preservação do distrito.

Foram encontradas mais do que as duas razões para a criação da vila. A criação de Nova Mutum Paraná foi motivada para três finalidades importantes: ser a Company Town da empresa ESBR; tornar-se um polo industrial capaz de estimular o desenvolvimento local, atender a sua função social e servir como moradia permanente aos ex-moradores do Distrito de Mutum-Paraná, atingidos por barragem.

A Nova Mutum Paraná surgiu, a exemplo de outros empreendimentos na Amazônia, como uma Company Town, mascarada sob o discurso de atender aos reassentados. MNP de fato foi planejada com o intuito de ser uma Company Town e cumpriu seu papel na íntegra, abrigando em período curto funcionários que contribuíram para a Construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, mais de 30 mil empregos diretos e 5 mil indiretos, até meados de 2015. Oferecendo educação, lazer, saúde, transporte e moradia. Mesmo que algumas de suas casas tenham sido questionadas quanto à qualidade do material utilizado em suas construções.

Quanto à finalidade de estimular o desenvolvimento local, atraindo novas empresas, foi um fracasso**.** O espaço destinado a ser um polo industrial, mantem apenas uma empresa e duas madeireiras, as quais não conseguem suprir a demanda de empregos**.** A vila se tornou um aglomerado de casas desocupadas, cujo esvaziamento gera furtos nas residências, as ruas estão praticamente desertas.

Os poucos moradores já pensam em sair em busca de um futuro melhor, pois, com a saída das famílias dos operários, os produtos ficaram mais escassos e caros. A energia também não colabora, os preços são exorbitantes, para uma região que gera energia, isso desmotiva a permanecia das famílias operárias.

Nova Mutum Paraná, apesar de ter anúncio nas mídias de que seria a “nova[20]” Mutum Paraná, um novo território para os atingidos pela barragem, não passou de um grande discurso de marketing. A vila atendeu apenas 25% do ex-moradores, estes aceitaram, pois foram instalados em casas de alvenaria com saneamento básico e bolsa de estudo para seus filhos, o que motivou a escolha pela mudança para a NMP. Até porque muitos dos que optaram pela nova vila são empregados da Usina ou servidores públicos, a quantidade de ex-moradores sem vínculo com a usina é pequena.

Ainda no primeiro ano o sonho de viver em uma cidade bem estruturada, aos poucos foi se desfazendo - algumas casas apresentaram defeitos, não havia lazer no primeiro momento, as quadras estavam inacabadas e sem o sonhado Balneário. Apesar da semelhança entre os nomes das duas localidades, Nova Mutum Paraná e Mutum Paraná pouco têm em comum, apenas a parcela de moradores que aceitam morar no novo território e a proximidade da BR 364.

Os consorciados responsáveis pela construção da usina foram denunciados no Ministério Público que constatou as irregularidades no processo de remanejamento das famílias, constatou o desrespeito para com as famílias que foram obrigadas a mudar às pressas de casa para uma vila inacabada.

A empresa apesar de conhecer às necessidades dos moradores, com assistentes sociais disponíveis a população, não parece identificar a necessidade de criar uma vila com características que atendam a desse grupo que de fato herdará a vila, os ex-moradores de Mutum-Paraná, onde a identificação deles com o meio auxiliaria a sua permanência. Nem o balneário exigido pelos ex-moradores foi criado, mesmo a vila estando cercada de áreas que ficam constantemente alagadas impróprias para banho devido ao baixo nível da água e os matos, servindo apenas como criadouro de mosquitos e bichos peçonhentos.

Tamanha a rejeição pela nova vila que apenas 25% das famílias optaram por ficar na NMP e os que o fizeram só estão devido a ligação com a empresa que oferece emprego a eles. Alguns destes já pensam em mudar da vila que hoje possui muitas casas desocupadas.

---

[20] Adjetivo: Recém-feito.

Mediante a necessidade de instalar os milhares de funcionários para a construção da Usina, além da criação de um espaço para os remanejados, a empresa ignorou o desejo dos remanejados em recriar o distrito na vila Jirau, resumindo suas ações em um único espaço.

Assim a NMP se tornou uma Company Town semiaberta, alojando funcionários e remanejados.

Conforme relatos e documentos, confirma-se que não houve, realmente, uma preocupação legítima com a preservação da sede do Distrito e a manutenção de sua cultura e hábitos. Quando a empresa pensou na localidade para erguer a vila, o que realmente pareceu pesar foi a proporção matemática entre gastos e ganhos para a empresa.

Ser uma Company Town não é um fato negativo, o único ponto negativo é a empresa não ter a localidade para o pós-construção da usina. Apesar da empresa proporcionar alguns cursos aos jovens, ela não conseguiu atrair para a região industriais que sustentassem os muitos que ficariam desempregados com o fim da construção da usina.

A falta de políticas públicas eficazes contribuiu para a situação em que hoje apresenta a vila MP, deserta, com o aumento significativo de furtos, muitas ruas lâmpadas e com o posto de saúde com atendimentos limitados, no entanto ainda é tempo de amenizar estes impactos econômicos e sociais da região, basta vontade e uma gestão política responsável e consciente.

Estas famílias não saíram de seus espaços por vontade própria. Estavam acostumadas com o ritmo de vida que levavam, com a simplicidade de seus lares, com a proximidade do rio, elas se viram obrigadas a mudar abruptamente. Estão se adaptando, elas estão dispostas a dar continuidade às histórias de suas vidas a partir deste novo capítulo, o qual lhes foi imposto. Elas foram obrigadas a aceitar um novo destino, e tentam amenizar as perdas reorganizando o espaço, modelando-o conforme suas características, afim de não ser atores perdidos no meio da “nova” Mutum Paraná, mas de ter uma vida nova na NMP.

As decisões ainda são pesadas em uma balança desregulada, onde um lado, o capital, sempre pesa mais que o social. Ao invés de construírem uma vila mais próxima do antigo distrito de MP, para alojar os remanejados de MP, mantendo-os próximos do rio e das suas origens e sabendo que estes fixariam residência após o

fim da construção da usina, já os funcionários que na maioria acompanham a empreiteira. Resultando atualmente no esvaziamento da vila, que hoje sofre coma as diversas casas sem moradores, pois eram ocupadas por funcionários da construtora de Jirau.

Mesmo públicas as informações ainda são difíceis de serem encontradas e compreendidas devido a estruturação de alguns sites e linguagem utilizada.

Ainda há muito o que pesquisar sobre a gestão desta Company Town. Como aproveitá-l melhor? Como suprir o fim dos projetos? O que fazer no pós-mineração ou construção de Usinas?

São vidas em jogo e dinheiro investido. Há a necessidade de planejar melhor o remanejo das famílias e entender que não são coisas que se deslocam de lugares para o outro desprovidas de sentimento. São sentimentos, são histórias, são necessidades, são seres humanos que precisam ser ouvidos; e respeitadas as suas necessidades fundamentais.

É preciso repensar os discursos, não há como defender a instalação de hidrelétrica na Amazônia e lutar contra o desmatamento; a preservação da história alagando sítios arqueológicos; defender a preservação de espécies de animais da Amazônia e não respeitar as culturas tradicionais dos que habitam nela. Ou se assume a responsabilidade em investir em pesquisa para encontrar novas fontes de produção de energia realmente limpas e renováveis ou se investe em redução no uso destas energias.

Somos, a cada dia, um número maior de brasileiros, consumindo energia a todo momento. É preciso repensar as relações e a forma como a utilizamos, para não sacrificarmos vidas.

Rondônia precisa repensar suas ações políticas e gestão pública, tornando-as eficazes, a fim de incentivar, de fato, a vinda de industriais para este polo que anseia por ocupação e, assim, movimentar a economia local.

Por fim, é válido enfatizar que tanto descaso, como esse, não pode voltar a acontecer. É necessário que nos processos de remanejamento de famílias ribeirinhas ou outras comunidades, sejam, em primeiro lugar, compreendidas e respeitadas, as suas características. Não se trata apenas de mover famílias para outro espaço, mas recriar o seu território, oportunizando condições de elas darem andamento ao desenvolvimento local.

É preciso conhecer, compreender, preservar para avançar. O país não precisaria sacrificar comunidades ribeirinhas se planejasse, focando não apenas em valores monetários, mas também no valor da vida humana. Sacrificar comunidades inteiras em função do progresso energético do Brasil; para repetir uma atitude colonial que levamos anos para abandonar; não se pode aceitar a exploração dos mais fracos em função dos mais ricos.

O distrito de Mutum Paraná morreu, mas a energia continua sendo insuficiente. Os valores a serem pagos na região, pelo consumo de energia, aumentaram e ainda há interrupções e/ou apagões de energia. Então, de que valeu a extinção de Mutum.

É necessário ter mais responsabilidade com as vidas humanas, conhecer as necessidades de cada região/território, antes de implantar novas usinas hidrelétricas, para que não haja mais uma morte, em novo mapa Brasileiro.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e Articulação territorial do Desenvolvimento** Brasileiro disponível em:http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf. Acessado em: 12 de julho de 2015.

_____. **Território e poder: a política das escalas**. In: FISCHER, Tânia. Gestão de desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvados: Casa da Qualidade, 2002.

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M.; MENDES, G. F. **Territórios, Paisagens e Representações: um diálogo em construção. Universidade Federal do Ceará.** – 2011. v. 10, n. 22, pp. 23-35. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/550/346> Acesso em 01de agosto de 2015.

ANPEGE, Florianópolis – SC, 2003 (426-434). Disponível em: www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/ANPEGE_1.pdf> Acesso em 01 junho de 2015.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BANDEIRA, Pedro. ***Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*.** Brasília, Ipea, Texto para Discussão, n.630, 1999. Disponível via www.ipea.gov.br.

BECKER, Bertha. **A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão**. In: BECKER, Bertha (Org). *Ordenação do território: Uma questão política.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

BICUDO, Carlos E. de M.; TUNDISI**,** José G.;SCHEUENSTUHI, Marcos C. Barnsley. **Águas do Brasil: Análises estratégicas**. Cap 6. Amazônia: Recursos Hídricos E Sustentabilidade.Cap 6. VAL, Adalberto L.; ALMEIDA-VAL, Vera Maria F. de; FEARNSIDE, Philip M. Fearnside; SANTOS,Geraldo M. dos; PIEDADE, Maria Teresa F.;NOZAWA, Wolfgang Junk Sergio R.;SILVA, Solange T. da. DANTAS, Fernando Antonio de C. Capítulo

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**. Brasília, Ipea, Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.13, 1996.

_____. Sociedad del Conocimiento, Conocimento Social y Gestión Territorial. In: BECKER, Dinizar F. BANDEIRA, Pedro S.(org).Desenvolvimento LocalRegional: Respostas Regionais aos Desafios da Globalização. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. pp.15 - 68.

_____. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a Caixa-Preta e o Projeto Político. Disponível em: < http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/boisier,_s_em_busca_do_**esquivo.pdf**> Acesso em: 02/11/2015.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. SCHMID, Aloísio Leoni (tradução). Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BORJA, Jordi. **As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latinoamericana**. In: Tânia Fischer (org). *Cidades estratégicas e organizações locais.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BORZACOV, Yêda Pinheiro. **Porto Velho: 100 anos de História, 1907-2007**. Instituto de Estudo e Pesquisa "Ary Tupinambá Penna Pinheiro"- IPARY, Academia de Letras de Rondônia. Instituto Histórico e Geografico de Rondônia. Primmor editora Ltda:Porto Velho, 2007.

CAMPOS, José Rodrigues. FERREIRA, Luis Vinhote. APEL, Marcelo. SÔNIA, Maria Leão Pereira. **Diagnóstico Regional: Os pescadores e a pesca na região oeste do Pará e Baixos Amazônas.** Santarém, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes** abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

Comissão Municipal de Geografia e Estatística. Ata da 3ª Reunião Ordinária. FASE PREPARATÓRIA DA COLETA DE DADOS DO IBGE/2010.Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Comissoes/atas_ordinarias_da_cmge/3a_reuniao_coleta_de_dados_II/rondonia/porto_velho_r3.pdf> Acessado em 25 de março de 2015.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira - RO: território, tecnificação e meio ambiente**. 213 f. Curitiba, 2012. Tese (doutorado) Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná UFPR- Paraná.

COSTA , Frederico Lustosa da. CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. – ARTIGO - **Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos** - VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

Comissão Municipal de Geografia e Estatística, **Ata da 3ª Reunião Ordinária fase preparatória da coleta de dados do IBGE**, disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Comissoes/atas_ordinarias_da_cmge/3a_reuniao_coleta_de_dados_II/rondonia/porto_velho_r3.pdf> acesso em 25 de março de 2015.

EGLER, Cláudio. MATTOS, Margarida. **Federalismo e Gestão do território_as regiões integradas de desenvolvimento.** Anais do V Encontro Nacional da

ENRIQUEZ, Eugène. **Como estudar as organizações locais**. In: Tânia Fischer (org). *Cidades estratégicas e organizações locais.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FEARNSIDE, P.M. **Emissões de gases de efeito estufa por represas hidrelétricas: Controvérsias fornecem um trampolim para repensar uma fonte de energia supostamente "limpa".** Climatic Change 66(2-1): 1-8. Doi: 10.1023/B:CLIM.0000043174.0284 1.23, 2004 Disponível em: < http://philip.inpa.gov.br> Acesso em 23 mar 2015.

FISCHER, Tânia. **Poderes locais desenvolvimento e gestão- introdução a uma agenda.** In FISCHER, Tânia (Org). Gestão de desenvolvimento e poderes locais: Marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. pp. 12-31.

_____. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com os fragmentos e reconfigurações do local**. In: Tânia Fischer (org). *Cidades estratégicas e organizações locais.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____; PINHO, José Antônio de. **Desenvolvimento Territorial: Organizações e Gestão.** Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestaodaresponsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografiacomplementar/responsabilidadesocioambiental/copy2_of_responsabilidadesocial-empresarial-fundamentosdilemas-etendencias/Desenvolvimento%20Regional%20Sustentaval%20Apostila%20EADBB.pdf> Acesso em 20 de junho de 2015.

FOULCAULD, Michel. Segurança, Território, População: Curso dado no College de France (1977-!978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOTOPOULOS, Hugo Athanásios. **Análise de Correspondência entre o perfil socioeconômico e o poder aquisitivo das famílias de Mutum Paraná, Distrito de Porto Velho-RO, Brasil.** Dissertação de Mestrado do Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia: 2008.

Fotos da Nova Mutum Paraná. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1407702> . Acesso em: 01 de março de 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. pp. 87-120.

_____. **O Mito Desterritorialização: do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade.** Ed. 2. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Por uma Geografia do Poder.** Disponível em: <http://www.univale.br/cursos/tipos/posgraduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poderclaude_raffestin.pdf> Acesso em 04 de maio de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- **IBGE**. Localização da Usina Hidroelétrica de Jirau, 2015. disponível em: < Mapahttp://www.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/ANEXO%202%20-%20Ap%C3%AAndice%20C%20-%20Imagem%20Satelite.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

IBGE. Censo demográfico de 2000. Informação disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm> Acesso em 01 de julho de 2015.

LLORENS, Francisco Albuquerque. Desenvolvimento Econômico Local: **Caminhos e Desafios para a Construção de um Nova Agenda Política**. Trad: Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais).** Belém: Distribel, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: meio ambiente (estudos amazônicos).** Belém, 3ª ed. Distribel, 2003.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário**.São Paulo: Escrituras Editora. 2001.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **A Amazônia e a crise da modernização.** D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (organizadoras).Ed.2. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. pp 443 a 451.

MOTA, Giovane da Silva et al. Para uma Teoria Geográfica do lugar.**Caminhos e lugares da Amazônia: Ciência, Natureza e território.** MOTA, Giovane da Silva (Org.).Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

MUNGÓI, Cláudio Artur. **A CONCEPÇÃO DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.** Disponível em: http://www.iid.org.mz/concepcao_territorio_contexto_globalizacao.pdf. Acesso em 20 de junho de 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Org.) Spink, Peter Kevin (Org). Tradução de Carolina Andrade. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 316 p.

PINHEIRO, Cícero. Site Gente de opinião. disponível em: <ttp://www.gentedeopiniao.com.br/ler Conteudo.php?news=74166>. Acesso em: 12 fev. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Empresas, Company towns e Territorializaçâo em Áreas de Mineraçâo na Amazônia Oriental**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Belém: 2007.Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwiKhIrO-JjHAhVDG5AKHYtJBGM&url=http%3A%2F%2Funuhospedagem.com.br%2Frevista%2Frbeur%2Findex.php%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F3831%2F3751&ei=6qzFVYrnM8O2wASLk5GYBg&usg=AFQjCNEuf5KjQGP0r9d7KwkBFzymk736jQ> Acessado em 04 de abril de 2015.

RIBEIRO, Marcus Roberto Ribeiro; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido; QUINTAIROS, Paulo César. **Fatores críticos e cronológicos da evolução e delimitação dos ciclos econômicos do Estado de Rondônia.** Anais: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0106_0112_01.pdf >Acessado em 25 de junho de 2015.

RODRIGUES, Jacinto; **Jornal a Página da Educação**, ano 14, nº 146, Junho 2005, p. 28. disponível em: http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3937. Acesso em: 01 julho de 2015.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns: considerações sobre um modelo urbanístico e a presença na Amazônia Oriental**. ANAIS, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 1990 - 2008. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/911/88 6. Acessado em: 03 de abril de 2015.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. Ed. 1. São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVA, Josué da Costa. **O Rio, a comunidade e o viver**. 1999, Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE –** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS – Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/revista geo/artigo6_Edevaldo S._e_Nelson P..pdf Acesso em 02 de julho de 2015 SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora ENESP, 2004.

_____ (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente-SP: GASPER/UNESP, 1999.

TUNDISI, José Galizia (Coordenador). Recursos Hídricos no Brasil Problemas, Desafios e Estratégias para o Futuro.Rio de Janeiro> Academia Brasileira de Ciências, 2014.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Org). CARVALHO, Cristina Amélia (Org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 324 p.

_____ (Org). ZOUAIN, Debora Moraes (Org). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Edtora FGV, 2005. 240 p.

VERGARA, Sylvia C. ***Projetos e relatórios de pesquisa em administração***. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.Propostas para uma gestão pública municipal efetiva de Sylvia Constant Vergara e Vera Lúcia de Almeida Corrêa. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/23802217.pdf Acesso em 01 de julho de 2015.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. VIEIRA, Euripedes Falcão. **Geoestratégia global - Economia, poder e gestão de territórios.** 1 Ed. 2007. p.160.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: Turismo, planejamento e cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho Zagallo; LISBOA, Marijane Vieira Lisboa (relatores) Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente Plataforma Dhesca Brasil – Abril de 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf> Acessado em 27de julho de 2015.

ANEXOS

Anexo: 1

Entrevista 1

Data: Abril de 2014

Entrevistado: João Pedro da Silva (Pita)

O meu nome é João Pedro da Silva, né? Conhecido como Pita. Desdê... Eu sou nascido e criado lá no Distrito de Mutum, Mutum. Hoje já não existe mais o nosso Distrito devido à alagação. Mutum era uma ilha, e nós viemos embora para cá e acabou-se, a velha Mutum. A velha Mutum foi o seguinte, uns chamam de velha Mutum outros de antiga Mutum, eu mesmo chamo antiga, não gosto “a velha”. É o distrito de Mutum-Paraná foi o vigésimo oitavo acampamento da estrada de ferro. O que que é o acampamento da estrada de ferro? Era onde se reunião os casacos e os feitores para consertar a linha, a linha de ferro e abastecer de água. Lá o nome do feitor chamava Flavio, pai do Mauro, da Lia, esse pessoal, uns amigos lá do tempo nosso. Hoje o casaco é o gari nosso, é feito um gerente, coisa e tal, um diretor, e eles trabalhavam lá. Então foi chegando gente, chegando gente e fundou a nova vila, chamavam a vila de Mutum. Então, nossa primeira professora chamava Venita. A velinha ainda está viva, a professora Venita. Foi feita a primeira escola em Mutum e lá conseguimos que vieram, veio depois a dona Lurdes, que é mãe do professor Nélio. Nélio aqui, trabalha aqui com nós. Veio a professora Sônia, estudei com a professora Sônia na primeira série, tá? Mutum foi assim, cresceu assim. Depois veio a cassiterita, aquele povo todo ia trabalhar na cassiterita que era a mineração celular do outro lado do Madeira. Os carro vinham na balsa, cruzavam na balsa, vinham para Mutum, ficavam na vila. Depois veio a mineração São Lorenzo, tocou muito tempo. Até hoje existe o pedra Preta, mas é assim terceirizado, vamos dizer... eu vou lá e tiro, você vai lá e tira e vende para as empresas. Ai 80, 79 veio a febre do ouro, né?! Tem lugar, pra lá pro baixada do Rio Madeira que tem um bocado de relíquias, tem umas coisas de índio assim, de muito tempo. Onde seu Aristides, o seu João Albertino, o Bruno, aqueles homens tiraram muito ouro na picareta, né?! Então chegaram na vila, cada qual com 15 a 18 kg de ouro cada um. E nós tínhamos uma rodoviária pequenininha

que chamava Rodoviário do Seu Gaúcho, lá aqueles homens chamaram nós e... para tomar refrigerante e eles diziam, “Quem tá dentro fica e quem tá fora não entra, agora é tudo por nossa conta”. E pegavam aquele sacão assim em cima de mesa. Proum, proum, proum – Aquilo era o ouro em cima da mesa. Aí depois veio o garimpo do Rio Madeira, das dragas, rodava muito dinheiro na Mutum. Para você ter uma ideia lá, tu tinha uns vinte táxi, trinta taxi, dez, quize aviões na pista, desses teco-teco para levar o garimpeiro e trazer. Tudo isso tinha. Aí, também tinha muita caça, tinha pesca, nosso lá! Nó vivíamos bem, nós eramos felizes e não sabia, né? Hoje... Aí chegou essa hidrelétrica, prometendo mundos e fundos lá para nós, lá. Fomos enxotados que nem cachorro de lá, até pelo prefeito Roberto Sobrinho. A ESBR enganou nós. Mandou nós vir para essa escola aqui. Não tinha água, não tinha nada e nós viemos embora. O povo veio, veio uns vinte porcento, aó hoje tem na vila Jirau, ali...Chamam Mutunzinho. Esse Mutunzinho tá com setenta porcento do povo de Mutum, antiga Vila Jirau. Alí, e agora batizaram como Mutunzinho. Porque tem muita gente de Mutum. Foram dum lado e de outro, o pessoal compraram terreno naquele sítio, e tal. O cara loteou o sítio, vendeu; então Aqui o custo de vida é caro, se você não tiver um poder econômico.Nós tamos aqui porque somos funcionários, né? Os funcionários foram obrigados a ficar, cem porcento. Se você trabalha tudinho aqui, mas eles que não tinham aquele trabalho, eles não ficaram. Aqui a energia é cara, e o que resultou foi nós funcionários ficar. Eles receberam casa, mas em um ano ficaram bem; porque não pagavam nem água e nem luz. Quando chegou para pagar água e luz, eles foram embora, a maioria foi embora e, em um ano receberam salário mínimo da empresa. Quando acabaram tudo isso, eles foram embora, foram lá para Mutunzinho e tão lá até hoje lá, um monte de gente. Uns querendo a indenização.- Ai muita gente foi para querer indenização:_Ah! Jirau vai alagar, vai alagar e vai indenizar. Eu fui um que investiu uns quarenta mil reiais lá, pensando que iria alagar e não alagou nada. Tem que fica..., mas Tô feliz, tô tranquilo, a gente fica assim é porque Mutum acabou para nós, nós eramos felizes lá, nós tinha nossa praia. Dia de domingo íamos jogar futebol na praia, ia fazer nosso churrasco na praia, tinha um banho lá. Aqui não tem nada, essa empresa não ofereceu nada para nós, até um balneário para nós, ta lá, nada fizeram e não vão fazer, diz que devido a carapanam. Não fazem porque não querem mesmo. Então, aí nós estamos aqui, nessa selva de pedra, né?Aqui não tem água, não tem nada, agora que tá sendo arborizado, é um calor ó, se Intens não for no “ar”

ninguém dorme de noite, porque as casas são a quentes. E lá gente dormia tranquilo, todo mundo. Corria dinheiro para todo mundo lá, entrada dos garimpos, todo mundo tinha o seu dinheirinho tranquilo. Você aqui suas coisas são simples, você trazia, você vendia. Aqui é o maior coisa para você vender suas coisas. Sítio você não tem mais porque acabou tudo,né?! Então você vai viver de quê? Se você não tem emprego, não tem nada. Tem que ir embora mesmo. Aí pegaram as casas, venderam por sessenta e cinco mil cada uma e partiram, outros foram embora, outros ficaram lá em Mutumzinho. E a maioria que ficou aqui são funcionário. Só quem aguentou foi nós mesmo, porque trabalha aqui, né?! Então não tem como a gente correr.é bem como o povo fala, “A gente era feliz e não sabia”.

Anexo 2

Entrevista 2

Data: Maio de 2014

Entrevistada 2: Rosilene Prestes (Representante dos Moradores de Mutum Paraná – RO - membro responsável pela administração da Vila de Nova Mutum Paraná)

Primeira etapa:

É... Eu sou Rosilene Prestes, morava na Antiga Mutum e hoje tô na Nova Mutum. Falar de Mutum hoje é... Assim só ficou na lembrança agora, assim, só que nunca esqueço como era a velha Mutum. Um local muito calmo, de poucos moradores mil, mil eeee... É aproximadamente mil e trezentas pessoas contendo com cinco linhas, que chamava ramais, que pessoal dependia de lá, era uma local que todo mundo assiiiim... Se conhecia, todo mundo se via de manhã, se chegasse alguém diferente lá naquele local a gente já sabia, passasse uma moto ou um carro, a gente já sabia, a gente comentava que aquela pessoa não era dali tinha vindo de fora. E ai morei muito tempo lá, fizfamília, tenho família hoje que construí lá. Meus pais também são de lá, muito tempo, e aí quando chegava assim, o que mais lembro e que quando chegava à noite a calma. Todos os vizinhos, todos os jovens poderiam brincar na frente da sua casa sem medo de assalto, medo de roubo. Ter até tinha violência, mas no garimpo, porque lá era área de garimpo, lá tinha tanto violência mas era longe, mas não tanto na vila. Também não tinha muita droga, assim pra nós sair de lá começou, mas antes não tinha droga, não tinha violência. Todo mundo se conhecia. Ééé... o lazer lá que mais lembra também é o lazer, que os jovens gostavam muito de tomar banho no rio, ééé... Ficar em cima dumas plataformas de trem que era da estrada de ferro Madeira Mamoré. Ali quando era jovem também, criança, cansei de a gente brincar em cima daquelas plataformas e que até hoje ainda existe lá, não foi retirado ainda está lá. As crianças brincava também a noite, a gente brincava também. O esporte também era forte lá, apesar que a comunidade era pequena nós gostava muito de jogar bola como até hoje a gente gosta. A gente se reunia para ir pro campo de

futebol jogar bola fazer torneios. Ai tinha também as festas comunitárias. Todo mundo comemorava aniversário de todo mundo. Todos que se conhecia fazia aniversário. As datas comemorativas também a gente participava com o pessoal lá. Que nem o pessoal tinha tradição de fazer festa junina, eles faziam e outras tradições a mais que também a gente tentou trazer para a Nova Mutum. E hoje né, estamos em nova Mutum sem um banho, sem a plataforma, sem os aniversários, sem os vizinhos. Ficamos longe dos vizinhos. Hoje aqui em Nova Mutum nós estamos com aproximadamente cento e vinte seis famílias. Por quê? As outras famílias ficaram para trás. Não escolheram morar aqui. Por motivo que não tinham lazer, né? Não tem o banho, não tivemos oportunidade de ter de vir para a beira do rio, porque lá era mais era ribeirinho. Ficamos muito longe do rio. Hoje a gente depende aqui de um clube que não pertence a nós, também não pertence a nós. Não tem como os jovens se divertirem. E as famílias escolheram... Umas foram para Jaci Paraná, tem gente de Extrema, União

Bandeirante. Então se espalhou, a comunidade de Mutum hoje, urbana, ela bem dizer acabou. Reduzimos em poucas pessoas. Agora a rural ainda existe. Tem o pessoal das linhas, como eu citei no começo, pessoal dos ramais, eles ainda moram lá, que dependiam de Mutum e eles sofrem igual a gente sofre aqui. Eles iam para lá para a saúde, para ir atrás de posto de saúde, para o comércio, e hoje eles ficaram muito distante, ficaram mais de oitenta quilômetros distante da Nova

Mutum. Então eles sofre igualmente a gente sofre, a gente lembrando do lazer e eles lembrando da assistência médica, etc, outras. E hoje a gente está aqui com escola, o bem, assim... A diferença da Nova Mutum para a Nova, a diferença é a estrutura, a estrutura, simplesmente a estrutura. Lá nós não tinha rua de asfalto, hoje aqui tem, nós tem banco, aqui não só tem coisa ruim não tem também as coisas boas, tem o banco, temos duas escolas escola; três né? Com a creche, escola. Ficamos mais próximo de Porto Velho. Porque uma coisa não compensa a outra, mas a gente tem que reconhecer que tem algo aqui que é bom também. A estrutura quanto as casa também, para muitos não se adaptaram também por causa das casas. Que...Lá a maioria das casas eram de madeira, são mais fresquinhas, mais arejadas. Aqui nós fomos já para casa de alvenaria e tem gente que não se adaptou na casa. Mas a maioria que está aqui é comerciante, é funcionário público. E hoje nós estamos aqui, ainda na esperança de melhorar o lazer, porque aqui nós não temos o lazer, melhorar o futebol, o banho, que não sei se um dia ainda nós vamos conseguir, mas ainda a

gente ainda tá lutando aqui por isso. Fomos se adaptando, conversando com os moradores para a gente poder termos uma Mutum melhor ainda do que é. Porque a gente espera dessa Mutum aqui um lugar sustentável, que venham nossos filhos e nossos netos, que ele venha ficar mais tempo aqui, venha permanecer aqui para que também não acabe, para que não fique só na lembrança. Porque nós tem que cuidar desta cidade melhor, porque aqui tem mais trabalho. Eu como responsável da limpeza, aqui do trabalho na administração, eu reconheço que aqui precisa muito, tem que trabalhar muito, tem que ter sustentabilidade neste local, porque ainda nós não temos ainda. A Empresa ainda está aqui e nós temos que lutar ainda muito com este local para ficar sustentável, para ter uma indústria para o jovem trabalhar. Para o jovem ter cabeça para poder se ocupar, para não cair no mundo das drogas. E assim... Eu faço o que posso, me reúno com as outras pessoas que a gente conhece há mais tempo ou com os recentes também, para a gente poder ter um jovem e uma juventude melhor. Hoje aqui o lazer aqui é ir para a igreja, jogar uma bola. A gente tem aqui um campo pequeno, mas a gente tá tentando fazer o possível com esse lazer. E estamos aí esperando ai das autoridades para que venha ter ai um Mutum melhor e sustentável.

Sobre a área rural de Mutum que está preservada.

Tem gente ainda lá nos ramais. Ramal e linha é assim... varia de linguagem para linguagem. Tem gente que chama ramal e linha é uma coisa só. Significa que ali fica pessoas que ali tem sítio. Ali ele cria gado, porco, galinha. Ali você tem... Você está aqui no ramal Rio Madeira. No começo do ramal Rio Madeira você tem ali uma serralheria onde dá emprego para quem mora ali. Ali mais a frente você tem as pessoas que cria, que é pequenos produtores que cria galinha, faz farinha. É um estrada que tem várias... Assim, vou citar outro: PA São Francisco. O PA São Franciscoo tem uma eixão que chama, que é a vicinal grande. Ai na Vicinal tem a linha “H” e a linha “I”, a “I” e a “H”. Ai na “I” e na “H” mora quinze famílias, outra mora trinta famílias, outra mora dez famílias. Nela tem tipo uma veia arterial, né?

Que tem várias saídas. A mesmo coisa a “E”, tem o eixão grande do ramal que chama vicinal. Ai naquele eixão tem várias pessoas que moram ali e todas elas têm seu produto, escoa seu produto. Uns vende queijo como o Trinta e Um de Março,

Primavera, Rio Madeira, Ramal do Rependido, Ramal do Brito, tudo pertence a Mutum, todas elas.

Sobre as atividades de lazer das mulheres

Eu jogo bola, lá as mulheres sempre jogaram bola, tem mulher casada, solteira, tem muita gente aqui que é esportista por aqui, que joga bola. Não tem aqui outro tipo de atividade só jogar bola mesmo.

Sobre os Festejos:

Eu nunca fui católica, não sou católica né? Eu antes não era nada, né? Hoje eu sou evangélica, mas mesmo assim a gente participa, até hoje eu participo, porque sou representante da comunidade. Eu não tenho que olhar para a religião, eu tenho que ajudar, não tenho que olhar para religião. E lá tinha umas cinco denominações como aqui tem mais. Então é assim... Quando elas vão fazer algo na igreja católica, elas vem até a mim: “Rosilene, você pode colaborar com o quê?”, entendeu? “Você tem algo para colabora?”. A tradição da igreja católica lá é a festa junina e outras. A dificuldade que eles encontraram aqui é a parceria. O que é a parceria? Lá em Mutum é os madeireiros, os comerciantes, todos eles na época dos festejos, das festas que têm, que a igreja comemora. Você sabe que tem aquelas comemorações. Aquilo ali todos ajudavam; aqui em Mutum não acontece isso, você vai de porta em porta pedindo, ninguem te ajuda. A igreja católica só consegue algo com o pessoal que era lá da antiga Mutum. Algo pouco assim, que nem a Gazine que é nova aqui ela ainda colabora, mas aqui o pessoal não colabora não. Falo com experiência própria, porque a gente já saiu aí pedindo e eles são assim meio seguros para colaborar com esse tipo de evento, tradicional que a gente faz. Mas hoje nós faz a festa junina que eu também participo com as meninas da associação, nós faz dia das mães- não é todo ano, pois esse ano não tem ainda plano... mas a gente sempre faz aquela festinha básica no dia das crianças, a natal que é sagrado. A gente faz sempre o natal no pátio da igreja, que é o maior que tem, é o local mais propício para fazer esse tipo de evento, na católica aqui. E as demais igrejas, elas faz o evento delas mas é mais assim...Próprio. Você... pegam o carro de som e ninguém ajuda... mas é próprio, a igreja que tem que fazer isso, porque aqui ninguém ajuda. O comércio não ajuda igreja

fazer esse tipo de evento. É cruzar, iqual a igreja evangélica, ela mesma banca. Ela vem aqui comigo, aí eu autorizo a rua. Ela faz a cruzada, fechar a rua para fazer a cruzada, o evento ali, o culto e lá eu determino o horário, a hora, e assim eles também concluem. Tá assim, muito individual. Cada um por si e Deus por todos. Os comerciantes que não contribuem eles não eram da antiga Mutum. Eles são muito fechado para podê ajudar a comunidade. Agora tem empresa aqui que ajuda, igual no esporte...Voltando nos esportes. A quadra, nós ganhamos um quadrazinha simples, mas a empresa... nós foi com a empresa e a empresa já ajudou, ela deu iluminação, la deu posteamento. Ela ajuda neste caso ai, mas mais mesmo é a gente, a prefeitura que está sempre... Aqui mais a prefeitura, aqui é mais a prefeitura. No caso eu tenho que está limpando, roçando, catando o lixo de lá, mais é a prefeitura. Mas tipo assim...Tocou em Evento, mais mesmo quem colabora a maioria é só os que eram da antiga Mutum mesmo.

Sobre os comerciantes:

A maioria dos comerciantes é da antiga Mutum porque eles ganharam o ponto aqui, aqui o que não é a minoria que é. Depois que colocaram o pessoal de Mutum, que fizeram o remanejamento do nosso pessoal lá, ai começou a chegaram um pessoal que não é. Aqui tem contado assim: o “Tudo de Bom”, os dois “Tudo de Bom” que têm aqui, aqueles comércios lá que chamam lá a “Estação do trem”, o “Buteco da vila”, ninguém é de Mutum esse pessoal, a “Dulin”, aquela distribuidora, não é de Mutum. Mas ai a maioria ali já é, que é ai os comercios os dois mercados, era de Mutum, na verdade aquele outro mercado também. Agora esses tempo agora, se for ver direito que não era de Mutum já está avançando, porque estão comprando, né? O pessoal, que nem o mercado grande, ele desistiu e vendeu para outra pessoa que não é de Mutum, vendeu para um rapaz de Jaci, e ele era de Mutum.

Sobre a função da família da entrevistada:

Eu trabalho na prefeitura e meu marido trabalha no estado, e tenho duas filhas que trabalha pela empresa. Uma tá na Camargo que é menor aprendiz, que na verdade ela não é mais menos aprendiz porque ela já concluiu. E a outra está uns três meses na Terma, a terceirizada. Ela está na terceirizada. E eu não sei até quando ela vai ficar porque tem um prazo, não sei se a empresa vai ficar mais um ano, dois anos. Ai a gente pensa como será depois delas irem embora, mas não tem uma direção

concreta. Aí ela vai embora e quem vai ficar no lugar dela? Eis a questão. Quem vai empregar os que já estão empregados, quem vai receber esse pessoal, vai ficar ai? Vai deixar outra? Vai ter outro tipo de serviço? Eu espero que tenha. A gente espera assim... Precária mas a gente ainda luta por um grupo de trabalho que nós tem, tem um grupo de trabalho que ainda está vivo ainda. Nós conversa com a ESBR, nos discute, assim... que eu falo discussão, mas é conversa para a gente entrar num acordo para saber: Como vai ficar? Quem vai dá conta? Quem vai limpar? Tem esse questionamento nós, tem esse trabalho, a liderança tem essa preocupação, e ai não tem essa resposta ainda, porque está concluindo, tem mais uma ano. Nós não tem, assim...Se a gente falar que eles falarem que vai ficar aqui, assim..., a única certeza que tenho, certeza entre aspas é a Tarefame que vai ficar aí , aquela empresa do outro lado que vai ficar ai em tempo indeterminado, que eu sei. Só duas filhas minhas tiveram o direito à bolsa de estudo na escola particular, só duas, até porque as outras já terminou. Por causa da faixa etária, de dois, quatro anos até o terceiro ano, se não concluiu o terceiro não tem idade. É... até concluir o terceiro ano, só! Eles tão falando assim para a gente, que vai chegar um pessoal o pessoal que vai vir morar aqui, de vinte a trinta anos que vai ficar aqui, que vai virá Mutum, terão o mesmo direito que nós. E só vai ter direito aquela família que se comprometer ficar aqui, as geração, que terão direito a bolsa de estudo mesmo, os demais tem que pagar. A bolsa paga uniforme, lanche e transporte. Nós que fomos remanejados demorou dois anos, não... uns três anos para ganhar essa bolsa. Assim a bolsa saiu para quem foi remanejado e mora hoje aqui em Mutum, ou que tenha condição de ficara aqui, saiu para todos os remanejados, mas nem todo remanejado mora aqui. Entendeu? Ai tem um remanejado lá em União Bandeirante, como o filho dele vai estudar aqui no Einstein se o filho dele não mora aqui e o transporte não pode ir lá buscar? Então os que estão muito longe já estão desligados, estes já ganharam o direito deles. Porque assim...Foram três propostas: Carta de crédito, a casa ou o que outro? O remanejamento. Por exemplo, eu escolhi a casa, eu não ganhei dinheiro nenhum. Quem escolheu uma casa em Porto Velho ganhava dinheiro, pagava para ir para lá. Quem não quisesse ganhava dinheiro para ir para onde quisesse. Eles exigiram com todas as exigências que cada um assim. Por exemplo, eu queria tinha uma casa de três quartos e queria mudar para Porto Velho, eu procurava uma casa de três quartos correspondente a casa que eu tinha em Mutum, conforme o orçamento que foi feito

da casa. Quanto valia casa? Valia tanto, aí eles davam o dinheiro correspondente ao valor da casa lá em Mutum. Isso foi bem respeitado, sobre isso aí. Aí minha casa vale tanto, cem mil, oitenta mil, e aí eles dava o dinheiro para você, o valor que valesse a casa, aí você compra sua propriedade onde você quiser.

Quanto as relações sociais:

Eu tinha minha mãe, assim eu tinha duas irmãs que moravam lá e hoje elas também moram aqui. A minha mãe tinha uma casa na esquina da minha casa. A minha mãe morava no sítio mas tinha uma casa na esquina, a minha casa enorme em Mutum. E minha mãe precisava daquela casa, muito, todo final de semana ele estava lá mais meu pai. Quando nós mudamos para cá, ela não teve direito a casa aqui, ela foi indenizada, porque disseram que ela não morava lá. Foi feito um cadastro que disseram que ela não morava lá, aí foi provado que ela não morava lá. Tinha os bem lá tudo, mas não ganhou, não teve direito ela ganhou o dinheiro. Hoje ela tem uma casa aqui porque ela comprou, só por conta disso, mas ela não teve direito a casa, só no dinheiro. Mas até a mudança foi a empresa quem fez, independente se fizesse uma viagem, duas viagens, tudo era por conta deles.

Sobre as estruturas da cidade e convívio:

Foram feitas muitas exigências, só que... eles falaram que iam dá o melhor para a gente e a gente falou que queria também o melhor, e que ia ser o melhor. E a gente pedia Caixa Econômica, tudo que tem aqui a gente pediu muito mais, entendeu? A gente pedia que tivesse rua asfaltada, que tivesse energia, que a casa fosse boa, tudo, tudo, tudo de bom a gente pedia. Eles falavam, “não, mas lá nós vamos fazer isso”. A gente falava que queria um banho, a gente falava direto nesse banho e direto nesse campo. Não, mas lá vocês vão ter! Aí começou o tempo se esgotando, se esgotando, acho que o prazo deles lá... Não sei se era a “LI”, Licença de ...Sei lá o que, licença de operação, tem várias de licença que o Ibama... que tem um tempo determinado para dá para esta empresa. Aí começou a vencer e aí eles começaram a trazer o povo para cá, começou a avexar. Aí a primeira coisa que eles fizeram, sabe o que foi? Trazer os alunos, desativar a escola para pegar o ponto fraco dos pais. O ponto franco foi a escola, porque estas meninas minha saiam de lá...Vocês estudavam de manhã, não era? Ou era da tarde? As que estudava de manhã saiam seis hora da manhã e chegavam uma hora duas em casa. As que estudavam a tarde chegavam

meia noite, uma hora em casa. Entendeu? Ai o ônibus trazia até aqui. Quem morava lá ficou assim, e com aquilo, fico que você tem que mudar, trazer seus filhos para a escola, você vai ficar nisso? Ficou nessa pressão, nessa pressão, que foi que todo mundo foi mudando pra cá por causa da escola aí pronto... Acabou que, não foi feito tudo. Nós chegamos para cá e tinha calçada por fazer, quadra por fazer, a escola para terminar, tava tudo ainda em construção. Prá dizer que estava aqui tudo bonitinho, é mentira, tava tudo por terminar. Isso prova que tem um jornalzinho aqui que nós já tava aqui morando a quase um ano e eles estavam ainda fazendo as quadras de esporte ainda. Sendo que eles viram que naquela localidade onde a gente morava o único lazer que a gente tinha era aquilo ali, tem foto, tem prova que era aquilo ali. Você encontrava gente de setenta, sessenta anos sentada na beira de um campo olhando um futebol e aqui você nem vê isso, nem vai ali. O povo daqui de fora, o povo da Camargo, isso aí eles não são muito esportistas, eles não são. O que eu vejo muito aqui e falo onde eu for é que eles são muito é de beber. Cada casa que você passa é o jovem bebendo, o jovem na rua jogando lixo, o jovem na rua destruindo prédio, jovem destruindo praça, destruindo tudo. Então se misturou. É uma coisa assim muito estranha para se misturar com a gente aqui. Muito jovem nosso também tá aí né, de menina nova aí com menino mais velho do que os meus que tá aí oh...Fazendo vandalismo. A família que vem de fora, eles bebem demais, ninguém vê esse povo. O que mais a gente vê são os homens que jogam bola. Alguns chefes de família que ainda se dedica ir para a quadra jogar bola, mas não vê mulher dono de família, só as jovens. Tem umas seis a sete mulheres que jogam bola, elas gostam mesmo de jogar bola. E os jovens... Hoje eu tava lembrando de uns jovens, que êem dois anos que jogou bola com a gente, aí eles se afastaram. Os pais não incentivam, não sei como é? Aí o que eu vejo muito, é que esses jovens aí de fora, eles não são muito de lazer não. Assim, as mulheres ainda fazem uma caminhadinha... mas os jovens eu não sei onde se concentram estes jovens. Assim...A academia, assim eu vejo umas meninas na academia, porque eu também frequento a academia, mas não são muito. Olha aqui tem aproximadamente quatro mil habitantes. Quantos jovens não tem neste meio? Deve ter uns três mil jovens. Cadê os jovens deste lugar que não vêm pra uma quadra dessa, não vem jogar, não vem fazer alguma coisa? Estão fazendo o que dentro de casa? Aí tão aprontando, mente vazia né oficina do Diabo! O que acontece é isso. Eu vejo muito isso, não tem um lazer, e aí esse clube aqui que abriu é pago e não é todo

mundo que vai nele. Não é toda família que vai naquele clube. Ele foi criado para os funcionários da empresa não para a gente. Assim, eu não estou criticando, mas a característica deles é bem diferente da nossa, a nossa aqui é outra. A nossa toma banho no igarapé, toma banho no rio e eles não, eles tomam banho na piscina. Eu mesmo, particularmente não gosto de piscina, nunca gostei de piscina. Tive oportunidade, fui associada a clube desde muito tempo, desde que casei, eu é que não gosto mesmo. Acho complicado tomar banho de piscina. Ai os de fora são mais de frequentar uma piscina, eles gostam mais de piscina, eu não. Aí fica assim, fica complicado o local por conta disso, é... não tem muita opção, não tem como a gente buscar, aí a gente está esperando o resultado da ESBR, porque não sei qual o resultado dela. Sempre ela fala que já entregou que não tem mais responsabilidade, que a responsabilidade agora é da prefeitura e que é a prefeitura que tem que vê isso, tem que vê aquilo. Ai a gente tá sem praça, porque a praça é um elo para as famílias irem a tarde passear, para brincar. Fora ali tem dois anos que eles colocaram duas escadinhas de escorregador com dois balancinhos que não existe mais, aí pronto, para eles aquilo lá é a praça. Já quebrou tudo, sem sombra, sem um bosquezinho, sem um quiosque de alimentação, não tem. E como é que é essa praça? Que praça é essa? Que não tem iluminação, a noite não pode ir lá, é tudo escuro lá, não pode ir lá porque é tudo escuro. Essas duas aqui na “UM”... mas não é praça. Eu vou tentar arrumar pelo menos uma para colocar aquela academia da terceira idade, sabe? Já pedi uma academia daquela para podê colocar e iluminar ele. Já estou num projeto para agente iluminar ela e colocar a academia da terceira idade para vê se... É porque tem uns doze hipertensos que faz acompanhamento no posto de saúde, colocar esses hipertensos para fazer assim... para pedalar naquelas bicicletas, fazer uma caminhada para que eles possam ir até lá e fazer uns exercícios lá. É o que a gente tá podendo fazer por enquanto é isso aí. Porque por enquanto não tem ajuda de externo, não tem não, mais é a prefeitura mesmo. Foi entregue tudo pela metade. Se a gente fosse fazer, se fossem fazer pelo menos uma praça, que fizessem direito, que pelo menos fizessem uma bem feito, que já era algo. A gente pergunta: “Cadê a iluminação da praça?”. Aí eles perguntam, “Quem vai fazer a manutenção?”. Eu acho isso um absurdo! Como que você vai fazer um serviço, como que você vai varrer a tua casa e não vai passar uma ano? Como que tu vai fazer o serviço pela metade? Se você vai fazer a praça, faça a praça com tudo. Quem vai tomar de conta essa é outro assunto.

Não vai entregar para a prefeitura? A prefeitura depois que fosse dá manutenção nas lâmpadas, ou colocasse alguém para arborizar, não é mesmo? Mas não. Quem vai dá manutenção, quem vai fazer isso ou aqui? Então não faça, não fale que é praça. Eu fico revoltada com isso. Cadê iluminação da praça? Da Quadra? E eles ficam:

"Quem vai dá a manutenção?". Aaaa, para! Como?_ "A gente não vai fazer o banho porque aí dá malária". Sempre deu malária, a gente é acostumado com isso. Quem disse que nós viemos do céu? Dá malária em todo lugar aqui, tem em todo local. Qualquer lugar a gente corre esse risco. Uma preocupação em vão. "Ah, não vou fazer a calçada porque quem vai limpar a calçada?". Uma preocupações bobas. Ai não fizeram a iluminação da praça porque não tem quem dê a manutenção! Oh o que aconteceu...Eu não sei o que passa na cabeça deles, do pessoal da empresa, sabendo que aqui ia ter esse tanto de gente aqui, este tanto de jovens, porque não fizeram algo mais, entende? Para deixar, acho que eles pensaram tudo assim: _ Não, quando eu for embora vou deixar lá tudo ferrado, porque era assim. Porque se fossem tudo embora, tudo esses que não são daqui, ia ficar umas cem famílias, famílias mesmo, ia ficar umas mil e poucas pessoas, aí sim, tudo bem. Ficasse o banho, ficasse essa quadrazinha, esse clube, opa, só para nós, ia dá, mas não é só isso tem esse tanto de gente, é bastante gente. Então tem que ter suporte. Ainda é a empresa que a maior geradora de emprego aqui. Tudo aqui... e se por ventura isso acabar, isso vai ficar muito assim...Como se diz, assim carente mesmo. Por que? Lá era outra renda per capita, lá era outra, lá era agricultura, lá era garimpo, mas o garimpo táva acabando, funcionário, serraria e se ele for embora? Aí trouxe a gente pra cá, tirou a metade disso ai. Ai hoje só sabe viver aqui quem é funcionário da Camargo ou terceirizado, né? E, e uma minoria da serralheria e um pouquinho de funcionário público, da prefeitura, é pouquinho, bem pouquinho. Acho que nem moram aqui é de Porto Velho. O daqui são uns dois que são da minha época. Mas nós somos a minoria e, se eles forem embora, a gente vai ter que correr para uma empresa e ainda ganhar pouco, porque nós somos a minoria mesmo. Ou correr para Jaci, mas Jaci também não tem estabilidade, vai correr para onde? Eu consigo viver aqui tranquila para o resto da vida, porque ele é do estado e é para o resto da vida, ou vivo ou morto ainda ganha, e eu também. Eles prometeram que ali iam vir umas empresas, e tal, que ia ajudar a gerar emprego e chaga lá e só tem uma, ela não vai empregar todo mundo. Mas e os outros? E aqui tem três pescadores, pescador mesmo, não é amador não,

daqueles que não sabem lê nem escrever e que sustenta a família mesmo com peixe. Mora bem aqui na esquina ali, mas parece que tá na empresa. O outro não quis saber, mora na rua acho que

Chiquinhito. Pescador... pescador de tira a rede de casa para pegar peixe e não sabe fazer mais nada, que nem o nome ele sabe assinar, que pescando sustenta a família. Esse vêve de peixe mesmo. Esse que está na empresa agora com a mulher dele, ele tá recente. Desistiu de tudo e arrumou um emprego na limpeza e tá para lá. Porque é a única coisa, né, mana? Sabe né, ele não sabe nem lê e nem escrever e até para gari precisa ler e escrever. E ele tá lá sem concurso, porque se fosse para concurso hoje você já sabe...Tem que ler e escrever. Esse outro vive da pesca mesmo, vive aí para o meio da mata e só volta quando pega o peixe. Esses dois são irmãos. E esse outro aqui já conseguiu emprego, mas o outro não né? Mas o Chico não conseguiu, não conseguiu não, ele não conseguiu porque ele não quê. Ai ele vai para Jaci, pesca em Jaci vende em Jaci, sustenta a mulher, o enteado e um filho, enfim. O outro, o terceiro desistiu tá trabalhando, e tem bem uns quatro que desistiram também. Tá tudo trabalhando por ai, nas terceirizadas Tem garimpeiro também, tem bem uns três garimpeiros também. Eles estão desempregados por aí, tudo atrás de emprego. A última notícia que tive é que tá em casa. Fazendo o que? Comendo o que? Eu não sei. Logo quando a gente chegou, que tava dando pressão, a prioridade era aqui antes. Vai abrir uma vaga de tratorista, a prioridade era para Mutum. Vai abri concurso, era sempre prioridade para Mutum; agora não tem mais isso. Acabou isso agora. A gente não qué exclusividade, assim. Ou seja, você está precisando de um doméstica, láque ela saiba lavar, passar e tal. Aí tem eu e ela. Aí ela sabe passar e passar e eu não sei passar, a prioridade é dela. Porque ela sabe lavar, passar e tal, já eu não sei fazer um dos serviços, a prioridade é minha mas eu não sei fazer um dos serviços, então a prioridade passa ser dela. É o que a gente pede, prioridade e não exclusividade. Porque assim, se nós tivéssemos as mesmas qualidades, a vaga seria minha, porque a prioridade é minha. Eu sempre falo, não é para escolher o pessoal daqui só porque é daqui mas que não sabe fazer o serviço, pois não vai suprir a necessidade de vocês. Não é isso. Porque eles alegam isso: _Ah, mora em Mutum mas não sabe fazer o serviço ou não tem a quantidade necessária. Tipo pedreiro, mora em Mutum mas não tem a quantidade necessária de pederiro. Oooopa, pega de Porto Velho, pega de Jaci se necessário for. Se tá precisando de secretária e nós duas

tivemos uma nota só lá na entrevista. Como eu sou de Mutum, que dê prioridade pra mim que moro aqui, porque você vai ter dificuldade de vir de lá e eu já estou aqui. Porque as pessoas matam mãe, matam filho, o ônibus quebrou só para não vir trabalhar, você sabe disso. Então melhor ficar com quem já está aqui para trabalhar aqui. Ninguém quê exclusividade. Aí muito fica para trás...Davam formação antigamente; agora não dá mais. Assim que nós chegamos no auge, a gente tinha tudo, agora não dá mais, não sei por quê. Era no jornalzinho, era no telefone, toda vez eles davam um jeito de avisar, “Rosilene está precisando de tantas copeiras, tantas lavadoras, tantos homens”. Quantos e quantos eu não indiquei. Assim que surgiu a bolsa nós fomos para entrar em acordo. Se não fizesse essa bolsa, se tinha como trocar, compensar em outra coisa, trazer todos que estavam no redor. E tem outra coisa, tá! Não tinha nem transporte, nem o lanche. Isso só mudou depois que nós pegou firme para perguntar de quanto era essa bolsa. Que custo? Como que veio? Quanto que veio? Porque se não... Nós entramos de peia senão não teria nada, nem transporte, nem lanche e nem farda. Era só dizer que era só os professores que iam ensinar lá. E tem mais algo para descobrir, mas como é meio burocrático, a gente aí vai vê como vai a gente vai entrar ai. Mas eles vem assim, dão a farinha para a gente, sem pão, sem água, sem sal, sem nada, é você que tem que vê. Então nós não somos mole não, já passou a perna na gente muito mas a gente não dá mole não, porque se não taria pior, bem pior. Eu passei aqui cinco ou seis meses aqui com a minha menina desempregada, passou cinco meses. Ninguém deu emprego para ela, ninguém disse nada. Quem arrumou foi uma amiguinha dela, porque ela é bem assim, comunicativa, ela é bem popular e ela que arrumou, ela que arrumou, sabe? Ixi ela é muito comunicativa. Ela fala e ela mesmo que arrumou, não foi ninguém não. Eles são muito ruim. Aqui eles jogam tudo para cima da Prefeitura, a Prefeitura que se arrebenta. A Prefeitura é obrigada, né? Porque recebeu né?! A receber tudo que eles fizeram, ela já recebeu né. A prefeitura é obrigada a receber todo esse povão aqui, pega responsabilidade sobre todos esse que não é nossa responsabilidade. Porque ela tinha compromisso com mil e pouco, quase dois mil pessoas e agora? Como é que faz? Chegou assim... chegou muito assim... A prefeitura não tava preparada para pegar uma estrutura dessa. Isso aqui é equivalente a um bairro de Porto Velho, dos mais grandes, vamos dizer o Eldorado que é um dos maiores, Jardim Eldorado e o JK é um daqueles maiores bairro que tem né? De população.

Aqui tem umas setenta e duas ruas. Qual é o bairro lá que tem setenta e duas ruas? É poucos bairros lá que tem com setenta e duas ruas. Ai pegou um negócio desse aqui, cheio de grama, cheio de terra, cheio de muita calçada, cheio disso, cheio daquilo que tem que cuida, daqui a uns tempo assim para não acabar.

Sobre a casa

Eu gostei da casa, a casa eu não tenho o que falar. Eu tinha uma casa de alvenaria lá. Mas quem não gostou da casa era quem era a casa não era de alvenaria e era de madeira. A minha casa era de alvenaria, era poucas casa que tinham lá de alvenaria e uma era a minha. As casas de madeira são tudo assim mais fresquinhas, mas é melhor ficar assim mais protegida do que mal feita. Eu tive sorte, na minha casa eu não tive problema, não tive infiltração, mas tem casa aí que tem infiltração até hoje, tem vaso que estoura, a minha não. Graças a Deus! Tem nada de infiltração, ela tá assim porque tá suja! Que é quente é! Na minha casa eu fiz essa área, eu fiz um “L” na casa. A casa é dessa pilastra para l. E lá fora eu fiz um depósito. E aqui dentro eu não mexi nada não, tem gente que mudou, trocou essa parede aqui colocou ali. Eu não troquei janela, não troquei porta, nada, nada, nada não. Eu queria colocar é outro tipo de janela que não fosse a de vidro, porque eu acho meio arriscadas, mas eu não tenho criança pequena, não tenho nada. Ai eu não mexi nada não.

Segurança:

Agora aqui tem problema, é porque ela (casa) não tem segurança. Aqui qualquer um abre. Aqui entrou já e ele entrou pela porta mesmo e nós tudo aqui dormindo. Oh se tu colocar... Ai tu baixa ali aquele negocinho, ai você vem com uma faca de pão e tu faz assim ó, aí ele levanta e entra. Eu nunca pensei em colocar grade porque eu acho isso perigoso, porque Deus me livre acontecer alguma coisa aqui dentro não tem como a gente sair, agora assim não, você quebra o vidro e dá tempo da gente abrir. E com a grade que só sai pela porta! Mas não tenho vontade. E quando entrou, ele levou trinta e dois reais e ele foi muito foi corajoso, porque meu marido é militar, e militar tu já viu né! Ele só levou isso porque não tinha mais nada, e esse negócio aqui era ali, e aí ele viu a carteira do meu marido que tava ali e pegou a carteira que só tinha isso. Acho que depois que ele pegou a carteira ele ainda foi lá no quarto. Ele entrou e se abaixou para pegar alguma coisa debaixo da cama, e ele foi acho que uma e meia da manhã. Ele (o marido) tinha acabado de ir para cama, ele

fica até tarde vendo televisão, é sempre é ele o último a dormi. Aí quando ele levantou aqui do sofá ele foi logo dormi. Ai ele (o ladrão), se abaixou para pegar alguma coisa debaixo da cama e triscou na perna da minha mais velha, ai ela encolheu a porta assim, ó, e ai ele pegou e, ó, correu do quarto. Aí a minha menina pegou o telefone debaixo do travesseiro e ligou do quarto mesmo falando. Como elas gostam de ficar por aqui cedo, elas gostam de ficar fazendo graça, eu pensava que era cedo e elas tavam conversando por aqui com a Jéssica. Ai ela disse, “Mãe, mãe, mãe, tem um homem aqui. O que menina? Tem um homem aqui”. Aí eu dei aquele grito, “Onde menina? Tu tá onde menina? Aqui no meu quarto”.

Ixi, nessa hora ele já tinha saído. Eu nem quero pensar desse homem ter feito alguma coisa com uma das minhas meninas. Deus me livre! Entrou primeiro das mais velhas e depois das outras duas. O das pequenas era da frente, porque era mais arejado. Eu havia acabado de trocar o quarto porque uma das pequenas tem renite e é mais arejado.

Anexo 3

ENTREVISTA 3
Data: Fevereiro de 2015
Entrevistada 3: Luiz Cleyton Holanda Lobato (funcionário do IBGE)

Nós temos levantamentos prévios na vila de Jirau e já tem duzentos e setenta e poucos domicílios em Jirau e isso foi uma evolução de dois, três anos. Então a vila de Jirau está sendo um dos locais de grande indicação para ser a grande sede da antiga Mutum Paraná. (...) O que a gente adianta é que se até o próximo senso demográfico isso não tiver sido resolvido, estas questões territoriais, eles irão ficar com os dados atualizados, mas com dados incoerentes. Não é nem incoerente, mas uma situação que leva a sede de Mutum Paraná ficar com zero de população e isso para fins de planejamento é altamente incoerente a até mesmo atrapalharia muito a questão de planejamento e direcionamento de recursos para a região. Como é que tu vai solicitar recurso para uma sede de distrito que tem zero de população? Quem libera o recurso, quem analisa o pedido de recurso ele verifica os dados do IBGE sobre

aquela região. Então vai ter esse tipo de problema para o gestor público e a gente tem chamado a atenção, a gente tem chamado a secretaria de planejamento atenção sobre isso e até agora não obtivemos nenhum tipo de resposta efetiva deles. Ano passado iniciou a discursão e durante todo o ano foram realizadas reuniões. Tá bem avançada a discussão, até agora...mas a gente está esperançoso que este ano a gente resolva essa questão. Pois a gente tem em dois mil e dezessete a contagem da população, está previsto até dois mil e dezessete e então em dois mil e vinte o novo senso. Então a gente tem até agosto de dois mil e quinze para resolver isso, a meta é até agosto. Vamos ver... Mas não é só MutumParaná que está nessa situação, tem União Bandeirante, Rio Pardo, que existem de fato, mas de direito não existem. Só enfatizando, Nova Mutum Paraná não é distrito, ela é uma área urbana isolada dentro do distrito de Jaci Paraná, criada por lei. Para a criação do perímetro urbano de Nova Mutum existe a lei de criação do perímetro urbano. Isso é fato, isso já existe e está formalizado; mas ela não é a sede de Mutum Paraná. Os antigos moradores podem até reivindicar a sede na Nova Mutum Paraná, mas não vão conseguir, é inviável logisticamente, politicamente, administrativamente, é inviável a sede de Mutum Paraná ser onde hoje é a Nova Mutum Paraná. Porque ela está muito próxima da sede do distrito de Jaci Paraná e territorialmente causaria um problema de planejamento para Jaci Paraná. Que perderia um território muito grande para Mutum Paraná e realmente estão muito próximos. Isso já foi decidido, não vai ser a sede lá, já foi decidido. Os vereadores se posicionaram contra e o prefeito também não deu nenhuma posição com relação a isto. E eles estão indo para Jirau por quê? Porque lá eles estão próximos à água, próximos à BR, bem dentro das características que tinha a antiga Mutum Paraná, eles querem está mais próximos possível do perfil que eles tinham anteriormente. Ali na Vila de Jirau, você já tem Posto de saúde, já tem escola, já tem igreja, já tem um comércio consolidado. Isso são elementos favoráveis que ali já seja um distrito. E a Nova Mutum Paraná não será mais que uma área urbana isolada dentro do Distrito de Jaci Paraná. E as casa dali são de propriedade do cidadão a não ser aquelas ali que são destinadas aos servidores da hidroelétrica, da empresa. E assim como as casas dos funcionários, a vila futuramente serão entregues à prefeitura de Jaci Paraná. Tem um tempo estabelecido para a vila ser entregue para a prefeitura, não sei qual é o tempo. Regimentalmente tem um termo de cooperação entre a prefeitura e a energia sustentável e vai chegar o tempo que eles vão entregar

a Jaci. Por enquanto tá sendo a empresa, a Energia Sustentável que toma conta de lá, em todos os aspectos. Tudo está sobre a administração da empresa, “dês da” limpeza das ruas, saneamento básico, fornecimento de água e energia, tudo é a Energia Sustentável quem está bancando, ainda. Então não foi entregue oficialmente. Isso foi uma confirmação feita por um guia lá, quando ele levou a gente e disse: “Oh! Vocês estão vendo tudo limpinho ai? Esta graminha aparada ai? Isso não é a prefeitura não é a empresa que dá a manutenção ainda”. Mas tem o posto da polícia militar lá, tem um pessoal que não sei se dá conta, pois é uma vila muito grande. Se eu não me engane tem mais de três mil domicílios ali. Nós vamos ter que dividi-los em pelo menos dez setores censitários, naquela vila, por enquanto só está em um. Partindo do princípio que em áreas urbanas a gente tem uma limite de trezentas unidades domiciliar por setor? E a Nova Mutum tem pelo menos três mil, nós deveremos dividi-los em pelo menos dez setores censitários independentes da quantidade de população. O setor censitário é a nossa área de apuração de informação e ele tem um limite máximo. Em um bairro, em uma cidade pode ter vários setores censitários, o setor censitário é a menor área de apuração que o IBGE trabalha e a mais importante. Então isso ai a gente tem só que esperar o desfecho para a gente fazer a divisão lá.

Entrevistado: José Socorro Silva de Souza

Profissão: Comerciante

Eu morava em União Bandeirante e vim direto para cá (Nova Mutum Paraná) em 2011. Eu vim para cá porque eu vendia verdura na BR e vim colocar a minha barraca aqui na rua, só que como é uma cidade modelo, a ESBR não me permitiu ficar na BR ,e passado quinze dias o rapaz da farmácia me colocou na localidade dele, lá eu trabalhava e morava, uns sete meses. Passada uns meses, aí a ESBR pediu que eu fizesse um projeto para uma área comercial, no caso o engenheiro fez o projeto e foi aprovado e foi quando foi aprovado aí que eu decidi ficar. E aí eu construí... hoje meu ponto é de 5,10 por 10 metros, uma área de também de 3 metros e meio por 10 onde funciona um sacolão. Eu vivi estes 4 ano,s que vai fazer agora, vivendo da verdura, apesar de várias preocupações. Então a preocupação nossa, dos comerciantes, mas também os moradores é a questão da economia da cidade, a situação da iluminação pública, da limpeza dos córregos, questão da escola, da

saúde... Tudo isso é preocupação porque a cidade, o prefeito não se posiciona e as empresas, a empresa responsável já entregou a cidade, poucas coisas têm a manutenção e a nossa preocupação é com a economia, porque as empresas foram embora a obra está no termino. E a economia da cidade vai ficar como? Nós vamos viver do que? Existem poucas empresas, só tem quatro empresas na cidade tudo, só serralheria para uma cidade grande dessas. O comercio está preocupado com a geração de emprego, vai viver de quê? Como vai pagar impostos? Como vai pegar o salário? Se o comercio não vender como ele vai viver? Aqui tem tudo que tem numa cidade grande. Aqui tem de tudo, materiais de construção, agrícola, loja de joia, papelaria, tudo. Banco só tem o Bradesco e funciona de forma precária. Correio só funciona se for carta ou entrega cartão, outro tipo de encomendo só em Jaci. Quando chega o caminhão e a gente tem que ir lá procurar, tem que ir sempre. A gente vai pegar lá na administração, tem que ir todo dia para procurar uma encomenda, eles não entregam em casa. Quem separa é o pessoal da prefeitura, não tem funcionário dos correios, é funcionário do município. As vezes entrega assim, a mulher de lá quando ela conhece, ela leva no comercio da pessoa, ela sabe quem é e leva lá. Aqui o endereço é por quadro, rua e quadra. 25 de dezembro de 2011 e em janeiro de 2012 ficou pronto e desde 2013 eu moro lá, e graças a Deus está saindo a documentação, e em final de 2014 eu tive de entregar o ponto porque as vendas caíram muito, e trabalhar com materiais perecíveis, o que você não vende você tem que jogar fora. Hoje eu estou dando uma mão aqui na Rodoviária, trabalho, ganho meu almoço e tá bom, né! Eu parei porque eu fiquei endividado com o sacolão. A gente tentou fazer uma associação dos comerciantes, mas não foi para frente. Em julho de 2013 a gente estava tentando mas depois todo mundo desistiu e não foi para frente. O Comercio de

2011 para cá aumentou, tá maior porque o centro comercial aumentou. Veio a “Gazine”, veio outras coisas, aumentou hotéis, pessoas como eu foram agraciados com locais para colocarem comercio. De julho passado (2014) para cá o comercio está decaindo, porque a empresa majoritária, a Camargo Correia, finalizou a obra dela que era o grosso a parte maior, e ela dispensou o pessoal ou mandou para as suas localidades e não tem hoje compre. O término da usina é o maior responsável por esta queda. Hoje não tem quase famílias aqui. A usina que começou com quase 30.000 de funcionários direto e indireto, hoje deve ter uns 5.000, mas quase ninguém de Mutum, tem de outras regiões, Porto Velho, Jaci, por aí, de todas as regiões. Quando cheguei

aqui, aqueles movimentos do pessoal de Mutum, o pessoal de Mutum falava que viriam novas fábricas quando tivesse gerando energia em potência, e até hoje em 2015 nada das novas fábricas, pelo menos começar a construção, até agora nada. As pessoas que vivem da geração de renda da cidade vão sair, professor, qualquer tipo de funcionário. Pelo menos para começar a construção, nem isso e isso vai acarretar no comercio e qualquer tipo de funcionário, para taxista, para ônibus. Aí essa cidade construída como gasto de dinheiro público, governo federal e dinheiro nosso se tornar numa cidade fantasma com um tanto que foi envolvido nessa construção: constrói ou não constrói. É isso, os impasses que aconteceu, se foi construir um empreendimento público e o povo que foi retirado das suas origens e simplesmente jogados num bloco fechado, né?! E sem ter nada para viver. Eu questionei isso em reunião. Porque quando eles viviam em Mutum eles tinham liberdade, eles podiam pescar, eles tinham peixes toda hora, eles tinham água de coco, eles tinham banana, não compravam, eles tinham energia, era poeira, mas era a origem deles era aquela. Jogaram pessoas idosas dentro de um bloco desses, e não vamos culpar, mas a doença vem. Eu conheço pessoas idosas que de tanto ficarem pensando estão doentes, pessoas idosas que estavam acostumados com aquela vida e sentem falta. Ficaram presos, tendo de pagar uma água absurda, uma energia caríssima. A questão é pessoal, mas um lugar desse que foi criado para gerar energia, o governo ganha milhões, aí a gente que paga uma energia dessa cara. Tem gente aqui que ganha um salário mínimo e paga uns 200 reais aí. As pessoas ficam presas porque não tem diversão, a diversão é fazer churrasco na casa de alguém e tomar uma cerveja. Tem clube, mas é pago, pobre não entra. Lá não, era mais livre - tinha rio, podia pescar, tinha mais opções. Mas aqui como vão sobreviver, filhos crescendo... quando os jovens chegarem aos17 anos, do primeiro emprego, o que irão fazer? Essa é a preocupação da comunidade, ninguém se manifestou, mas a gente fala por ai. Hospital não tem médico 24 horas, nem técnico de enfermagem e nem ambulância, as ambulâncias foram levadas para Jaci. Você tem de se deslocar daqui até Jaci num caso urgente, ou esperar para chegar lá em Porto Velho. Mas do jeito que as coisas estão não sei não, está reduzindo, reduzindo e não sei não do que será daqui. Caso isso aqui acabe eu vou embora fazer oque?! Eu sou de Crato no Ceara e já estou aqui há treze anos. Mas, se aqui acabar, eu vou para Porto Velho.